

Seção 3

Ata Circunstanciada da 1ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 9ª LEGISLATURA,
CONVOCADA PELO PRESIDENTE DA CLDF
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª
(PRIMEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 9 DE JANEIRO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nos termos do art. 67, I, *b*, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 120, § 2º, do Regimento Interno, declaro aberta a presente sessão extraordinária de abertura da Sessão Legislativa Extraordinária para deliberar sobre todas as medidas legislativas necessárias para pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública e garantir o livre exercício dos Poderes, além de acompanhar a execução da intervenção federal, bem como o afastamento do Sr. Governador do Distrito Federal. Segunda-feira, 9 de janeiro de 2023, 15h25min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Roosevelt Vilela e o Deputado Pastor Daniel de Castro para secretariarem os trabalhos da Mesa.

Informo que a sessão extraordinária não deverá deliberar sobre nenhum assunto ainda. Nesse sentido, vou abrir a palavra para os Deputados por cinco minutos, para pronunciamentos sobre o assunto em pauta: intervenção na segurança do Distrito Federal e afastamento do Sr. Governador do Distrito Federal. Peço a compreensão de todos, pois seremos extremamente rigorosos nesse sentido.

Solicito que as Sras. e os Srs. Deputados registrem a presença no terminal.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu creio que nós assistimos ontem, no Distrito Federal, ao quadro mais terrível e mais dramático de ataque à democracia neste País. Só que era um quadro anunciado. Todos nós sabíamos que a permanência daqueles criminosos no Quartel-General do Exército daria no que deu – com luz, com cabanas, com tudo.

Portanto, o momento é de investigarmos os participantes, mas, acima de tudo, os financiadores. Quem financiou dois meses da estadia daquele pessoal ali? Quem financiou os ônibus que vieram de fora? Tem responsabilidade também o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, que está nos Estados Unidos, quem sabe visitando o Bolsonaro. E aí há a teimosia do Governador Ibaneis Rocha.

V.Exa. sabe que eu e a Deputada Arlete Sampaio procuramos o Governador Ibaneis dizendo que não era correta a nomeação do Sr. Anderson Torres. Fizemos vir a ele que há policiais competentes, há juristas competentes, há até desembargadores aposentados que poderiam ser secretários de segurança pública do Distrito Federal. O governador não nos atendeu e o nomeou. Está aí agora o resultado!

Agora, esta Casa, Sr. Presidente, não pode ficar só no discurso. Esta Casa tem que dar respostas.

Eu proponho para V.Exa., conhecendo o caráter de V.Exa., a criação de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Legislativa. Não é uma CPI da Oposição, é uma CPI da Casa, um pedido de CPI para ser assinado pelos 24 Deputados. Se houver alguém que não queira assinar, que não assine, mas eu a estou propondo a V.Exa., como Presidente da Casa.

Vamos selecionar, entre os 24 Deputados, 5 para comandar essa CPI. Vamos convocar os principais delegados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e da Polícia Civil que têm experiência em investigação para auxiliarem a CPI nas investigações. E vamos fundo, porque o que foi atacado foi a democracia no Brasil! O mundo inteiro está estarrecido com o que aconteceu ontem no Distrito Federal. Deputado Robério Negreiros, Líder do Governo, hoje de manhã eu estava vendo que um instituto fez uma pesquisa rápida, e 90% da população brasileira está contra o que aconteceu.

Portanto, a Câmara Legislativa não pode se omitir! Nós estaríamos passando um recibo de incompetência se nos omitíssemos neste momento. Então, eu estou propondo a V.Exa., na qualidade de Presidente da Casa, que a gente possa pegar as assinaturas, abrir a CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal e investigar tudo o que aconteceu. Estaremos colaborando efetivamente com a democracia, e esta Casa estará dando sinal daquilo para que ela serve.

Se ela não fizer essa investigação, se ela não tiver a capacidade de investigar, ela servirá para muito pouco. Mas o Poder Legislativo do Distrito Federal, nós Deputados temos capacidade investigativa. Vamos fundo. Quero saber quem financiou esses atos, quero saber quem transportou essas pessoas.

Aqui não é o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, o PT – Partido dos Trabalhadores, o PV – Partido Verde ou o PL – Partido Liberal que está sendo atacado, é a democracia brasileira. Portanto, é hora de união de todos em defesa da democracia. Nossas divergências ideológicas, vamos continuar tendo, mas há um bem maior a ser preservado, que é a democracia. Nós só estamos aqui, Deputado Wellington Luiz, porque há democracia. Sem democracia, Deputado Pastor Daniel de Castro, a gente não sobrevive. Portanto, somos nós que estamos aqui neste momento para defender a democracia.

Eu concluo a minha intervenção fazendo esta proposta a V.Exa.: que V.Exa. declare que a Câmara Legislativa assume – agora – a responsabilidade da criação da CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Parabéns pelo pronunciamento. Eu acho que a indignação não tem cor partidária, Deputado. V.Exa. tem toda razão, e nós não podemos admitir que esses atos de banditismo prevaleçam no nosso País. V.Exa. tem razão. Eu também concordo, Deputado.

Eu acho que temos uma ótima oportunidade de dar uma resposta à sociedade e demonstrar com gestos que nós não concordamos com isso. E temos um instrumento importante, que é a CPI, se os colegas assim concordarem. Precisamos, sim, investigar a fundo o que aconteceu, quem está por trás disso, porque, com certeza, isso jamais pode se repetir numa república em que a democracia é a principal bandeira.

Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, V.Exa. pode tirar a minha falta e me inscrever para falar?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sim, Deputado Hermeto.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, Thiago Manzoni falando. De igual modo, eu gostaria de registrar a minha presença.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma questão que esqueci de anunciar: eu conversei há pouco com a governadora em exercício, Celina Leão. Combinamos que ela estará aqui às 17h para uma reunião com todos os Deputados. Ela vai prestar conta das medidas e ações que ela tomou até agora. Portanto, às 17h, nós teremos essa reunião aqui com a governadora em exercício, Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Registro a presença do Deputado Hermeto e do Deputado Thiago Manzoni. Estou vendo aqui o Deputado Iolando, o Deputado Gabriel Magno e a Deputada Jaqueline Silva. Mais alguém? Não estou vendo ninguém por enquanto.

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria primeiro de salientar que os eventos que aconteceram ontem foram incalculáveis, não podem ser aceitos, e esta Câmara precisa agir de forma rápida, como o Deputado Chico Vigilante falou, para mostrar à população que não vamos aceitar atos de terrorismo contra a nossa democracia.

A minha fala é muito rápida e muito breve.

Eu gostaria de salientar que o princípio do terrorismo, Presidente, é a sua imprevisibilidade.

Terrorismo não tem como se prever. Portanto, Deputado Pastor Daniel de Castro, eu gostaria de falar que não concordo com atos de oportunismo de se jogar isso na conta do nosso Governador Ibaneis Rocha.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Joaquim Roriz Neto.

Registro a presença do Vice-Presidente, Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, meus nobres colegas Deputados. O que aconteceu foi muito triste. Esses vândalos estavam, há muito tempo, acampados em área militar, nos quartéis, onde a Polícia Militar não podia agir, diga-se de passagem, por ser área do Exército. Eles têm de ser punidos exemplarmente, todos, todos, sem sombra de dúvidas.

Quero dizer que o Governador Ibaneis agiu, na posse do Presidente Lula, com todo o efetivo de segurança possível. Não houve sequer um incidente. Nada houve naquele dia. Toda a Polícia Militar foi elogiada. Todos os órgãos de segurança foram elogiados, e, como disse o nosso querido Deputado Joaquim Roriz Neto, esses vândalos usam da surpresa, agem na calada.

O efetivo estava menor do que deveria estar? Sim. Sim, mas nós temos que nos atentar, Sr. Presidente e Deputado Chico Vigilante, que nós já temos um Governo Federal constituído aqui. A ABIN – Agência Brasileira de Inteligência tinha obrigação, porque tem informação sobre isso também. O Ministro da Justiça poderia ter agido junto com a informação da Polícia Federal, não só com a da polícia do Distrito Federal, com todo o aparato de segurança de Brasília e da área federal.

Portanto, não joguem a culpa só na polícia do Distrito Federal, só nos órgãos de segurança, só no Governador Ibaneis. O Sr. Flávio Dino, Ministro da Justiça, já estava como Ministro da Justiça. A Abin tinha a obrigação de ter passado as informações a S.Exa., assim como o serviço de inteligência da Polícia Federal.

Digo mais, entraram com pedido de *impeachment* contra o Governador Ibaneis, um oportunismo descarado! Esse ex-Deputado Distrital do PV não se conforma com a derrota em primeiro turno e por isso faz uma oposição sistemática ao governo.

O Governador Ibaneis tem que ser responsabilizado? Sim, mas tem que ter o direito ao contraditório, tem que ter o direito à defesa, e me deixa muito preocupado que um ato monocrático afaste um governador eleito legitimamente pelo povo. Isso me deixa preocupado também, porque, daqui a pouco, outros governadores podem ser afastados, outros deputados podem ser afastados. Isso me preocupa muito, muito.

O governador tinha que ter o direito de responder, o direito à defesa, ao contraditório. Não é possível isso, não é possível! O governador tem de ser responsabilizado na sua esfera de poder, como tem que ser responsabilizado o secretário e todos os outros, cada um na sua esfera de poder. Isso me preocupa muito – viu, Deputado Chico Vigilante, V.Exa., que é um guardião da democracia? Daqui a pouco, por qualquer ato que nós fizermos, aqui, nesta Casa, poderemos ser afastados.

Está errado o que aconteceu? São bandidos, são bandidos e têm que ser tratados como bandidos, terroristas. Repito, já existia um governo empossado, o Governo Federal. A Abin tinha obrigação de informar e municiar o Ministério da Justiça. Vamos dividir as responsabilidades. E, agora, oportunismo de *impeachment*, aqui, dentro da Casa? Deputado que perdeu a eleição, vá trabalhar para ganhar em 2026. Não é isso que vocês falam? Eu também acho.

Eu votei em Bolsonaro, mas, nunca, em momento algum... Eu sempre disse: quem quiser, vá para a Oposição em 2026 e tire o governo que está aí, na democracia, nas urnas. Agora, Deputado que perdeu a eleição para o Governador Ibaneis, espere 2026 e vá disputar com ele.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Vá disputar com ele.

Oportunismo barato! Barato!

O governador tem que ser responsabilizado e vai ser, dentro da sua esfera de poder – mas tem que ter o direito à defesa, ao contraditório.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Hermeto. Parabéns pelo pronunciamento.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, peço que registre minha presença e me inscreva nas falas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Jorge Vianna. Está registrada a sua presença. V.Exa. também está inscrito. Quem está controlando isso é o Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou com dificuldade no painel. Eu gostaria que V.Exa. registrasse minha presença, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Registrada a presença da Deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e todas. Sr. Presidente, eu queria registrar minha presença e dizer que estou de forma virtual na sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu já havia registrado, Deputado. Eu mesmo já tinha feito o registro de sua presença, está bem? Obrigado.

Agora vamos garantir a palavra ao Deputado Fábio Felix, por favor.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, imprensa e quem assiste a nós pela *TV Câmara Distrital*, venho aqui, hoje, porque nós não estamos falando de um assunto que é novidade no Distrito Federal. Eu mesmo, ao longo dos últimos meses de 2022, vim à tribuna desta Casa dizer dos riscos que nós estávamos correndo na democracia – na democracia brasileira e na do DF – Distrito Federal.

Eu trago aqui, Sr. Presidente, para V.Exa. e para os outros representantes do Poder Legislativo, inúmeros ofícios que nós enviamos à Secretaria de Estado de Segurança Pública, ao Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar, ao Governador do Distrito Federal e ao general que é o Comandante Militar do Planalto dizendo dos riscos de um ato que não aceitava o resultado da eleição e que, mais, tinha como pauta subverter o Estado de Direito e a democracia brasileira.

Todos os Parlamentares que hoje estão aqui – e foram diplomados e empossados – foram eleitos, Sr. Presidente, pela urna eletrônica. Bolsonaro foi eleito em 2018 pela urna eletrônica. E Lula foi eleito em 2022 pela urna eletrônica. A gente sabe que nossas instituições têm confiabilidade.

Os bolsonaristas questionam o Judiciário e também os que defendem Lula, e os petistas questionam a atuação do Executivo para beneficiar a candidatura de Bolsonaro. O jogo foi jogado e tem um vitorioso, que é Luiz Inácio Lula da Silva – quer queiram ou não. “Ah, mas Lula foi descondenado!” – esse é o discurso que muitos fazem. Bolsonaro e o PL aceitaram jogar o jogo. Participaram das eleições. Não questionaram as eleições. E as eleições acabaram.

O que nós estamos vivenciando hoje, neste País, é um atentado sistemático ao Estado Democrático de Direito, com o silêncio de uma série de autoridades em diferentes Poderes.

Há gente passando a mão, dizendo que são famílias, que são manifestantes. Não se trata de manifestantes, e nós alertamos isso antes do dia 12 de dezembro, quando esses terroristas queimaram ônibus na nossa cidade, queimaram carros, assediaram pessoas nas ruas do DF. Aquilo já era terrorismo contra o Estado Democrático. E nós precisamos ter uma atuação dura, firme, contra esses casos.

Agora, o que aconteceu no dia 8 de janeiro, Sr. Presidente, é inaceitável sob qualquer ponto de

vista. O que nós vimos foi uma omissão do comando das forças de segurança pública. E, obviamente, quem responde por isso, Deputados, é o Governador Ibaneis Rocha. Não há como relativizar.

O governador foi eleito para responder pelas forças de segurança pública do Distrito Federal. E nós precisamos apurar isso. Inclusive, o próprio processo de *impeachment* garante a ampla defesa e o contraditório. Não é rito sumário, o governador pode se defender e pode ser inocentado. Haverá um processo instaurado. Não há rito sumário no processo de *impeachment*, mas há a oportunidade e a possibilidade de o mandatário se defender.

Esta Casa precisa assumir a sua responsabilidade. Nós queremos, ou não, democracia? Há parlamentares, há pessoas que querem ditadura? O que nós queremos: o silenciamento da diferença, da diversidade? Nós não queremos! Fomos eleitos para o Parlamento, que é o lugar da diferença, que é o lugar do pluralismo político. Não podemos tolerar esse tipo de ato!

Gente, eu acho que alguns não entenderam a gravidade do que aconteceu: a destruição, a barbárie! É um constrangimento sem precedentes. Vou citar o caso mais esdrúxulo: uma pessoa defecando em um órgão público com câmera ligada! É esdrúxulo, é vergonhoso o que estamos vivendo no Distrito Federal! É inaceitável.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que sou um ativista desde os meus 16 anos. Há vinte anos na rua, conheço muito bem a Esplanada dos Ministérios. Ninguém desce a Esplanada, Deputados, se não há convivência. V.Exa. aqui é uma autoridade, uma pessoa que entende de segurança pública. Ninguém, Deputado Martins Machado, desce a Esplanada dos Ministérios sem autorização.

Já participei de inúmeros atos, mas nunca vi tamanha violência e ataque às instituições democráticas. Não foi dano ao patrimônio público, foi tentativa de golpe de Estado, e essas pessoas precisam responder no rigor da lei. E esta Casa, Sr. Presidente, precisa assumir a sua responsabilidade.

Nós protocolamos, junto com a Deputada Dayse Amarilio e o Deputado Max Maciel – e pedimos a assinatura dos demais Deputados – um requerimento de comissão parlamentar de inquérito para investigar a omissão do Estado no dia 12 de dezembro de 2022 e no dia 8 de janeiro de 2023. Se houve omissão, temos que apurar. Houve leniência, não houve atuação correta.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Esta Casa precisa fazer uma apuração rigorosa. Eu queria saudar e parabenizar os colegas que assinaram, todos nós, uma nota unitária em defesa da democracia e contra a barbárie e o vandalismo no Distrito Federal.

Agora acabou! Não dá mais para a gente fazer discurso de leniência. Não dá mais para a gente fazer discurso passando a mão em quem não é manifestante e já mostrou que é terrorista. O rigor da lei precisa ser aplicado.

Parabéns ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. Robson Candido, que teve uma atuação exemplar ao longo desse processo. Ele não faz policiamento ostensivo, porque não é o papel da Polícia Civil, mas teve uma atuação exemplar na notificação e na apreensão dessas pessoas que estão sendo agora responsabilizadas. Parabenizo também outras autoridades públicas que estão atuando de forma correta. Espero, espero muito, que esta Casa também tenha uma atuação correta nesse processo.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Eu estou com o pedido assinado por mim, pelo Deputado Gabriel Magno e pelo Deputado Ricardo Vale. Está no Bloco 1.098, pedido de CPI. Agora, como eu fiz a proposta e acredito que V.Exa., como Presidente, está acatando a minha proposta, quero propor também, neste momento, com base nesse requerimento, que V.Exa. coloque a Assessoria da Mesa Diretora aqui com o Willemann, para escrever o pedido de CPI a ser subscrito por todos os Deputados. Não quero ser dono da CPI, mas quero que ela aconteça. Não quero ficar aqui fazendo discurso, dizendo que quero CPI, eu quero que ela aconteça.

Portanto, sugiro a V.Exa. que, neste momento, com base nesse requerimento, que já tem três assinaturas, Deputado Robério Negreiros – V.Exa. que é Líder do Governo... Eu estou abrindo mão das assinaturas e propondo a V.Exa. que a Assessoria da Mesa, juntamente com o nosso assessor, o

Willemann, possa preparar o requerimento e colocá-lo no portal, para a assinatura de todos os Deputados, a fim de que seja uma CPI da Câmara Legislativa. Não quero a CPI do Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

O Deputado Max Maciel havia pedido a palavra, não é? Depois do Deputado Robério Negreiros, vou passar a palavra a S.Exa.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Só um minutinho, Deputada Doutora Jane.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros, Líder do Governo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela Liderança do Governo, creio que a ideia do nosso decano aqui, do Deputado Chico Vigilante, é a melhor ideia. Que façamos um pedido – desconsiderando esses dois pedidos que foram feitos e já protocolados na Casa – de todos os Deputados, sem a nomeação partidária, ideológica. Da parte do governo, do Governador Ibaneis Rocha, a intenção dele é justamente buscar investigar tudo o que aconteceu. Daqui a pouco, eu vou colocar também a dinâmica dos fatos, para que todos possam entender o que aconteceu.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros. V.Exa. orienta os Deputados da Base a assinarem esse requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos passar. Só um minutinho. Está em discussão ainda.

A Deputada Doutora Jane pediu, Deputado Chico Vigilante. Depois eu volto a palavra para V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito que seja registrada a minha presença, uma vez que eu estou participando virtualmente. Fica o meu pedido à Mesa. E eu gostaria de me inscrever.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Sr. Presidente, solicito seja registrada também a minha presença e a minha inscrição.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Sr. Presidente, solicito que registre a minha presença e faça minha inscrição.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Sr. Presidente, Deputado Wellington Luiz, solicito que seja registrada a minha presença, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Registro a presença do Deputado Eduardo Pedrosa e da Deputada Doutora Jane.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a proposta clara e objetiva feita a V.Exa. e já acatada também pelo Líder do Governo é: o nosso Assessor José Willemann, juntamente com a Assessoria da Mesa, vai escrever o pedido de CPI de todos os Deputados, que será assinado por ordem alfabética. Portanto, o pedido de CPI da Casa, de todos os Deputados, será assinado por ordem alfabética.

DEPUTADO MAX MACIEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para entendimento dos trabalhos, só para entender a ordem dos inscritos, só para a gente não se perder, porque há um time que está *on-line*, eu queria saber a ordem dos inscritos, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – V.Exa. é o próximo.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a gente combinou hoje, na reunião, que a Deputada Doutora Jane teria prioridade para falar. Ela está precisando falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Jorge Vianna. Logo depois das palavras do Deputado Thiago Manzoni, chamarei a Deputada Doutora Jane.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, boa tarde a todos. Vou seguir o que o Deputado Jorge Vianna sugeriu. A Deputada Doutora Jane está com esse problema do deslocamento, e eu passo a minha palavra para ela. Falarei na sequência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Peço a compreensão dos colegas. A Deputada Doutora Jane falou de manhã sobre essa sua preocupação. S.Exa. é Presidente da Comissão de Segurança, e quero garantir a palavra à Deputada. Depois a gente volta com as discussões.

Concedo a palavra à Deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a atenção dos colegas por me permitirem falar antecipadamente, mas consegui adiar meu voo para 18h. Então, estou tranquila, vou participar da reunião e falo na minha ordem de inscrição.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Doutora Jane.

Passarei a palavra ao Deputado Thiago Manzoni. Depois, para o Deputado Fábio Felix.

Deputada Paula Belmonte, é pedido do uso da palavra ou V.Exa. está pedindo inscrição? (Pausa.)

É para falar.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em vez de sustar o uso da palavra, faço a minha inscrição para falar por cinco minutos, depois do último da fila – se não me engano, é a Deputada Paula Belmonte –, porque eu aglutino as duas coisas em uma só.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – V.Exa. já está inscrito, na ordem.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, qual é a ordem que está aí, por gentileza?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Thiago Manzoni e, na sequência, o Deputado Max Maciel.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, acho que é importante esta conquista, que toda esta Casa tenha se convertido e entendido a necessidade da investigação, porque, até pouco tempo, muita gente era contra a CPI. Então, acho que é um passo importante de convencimento, porque é uma demanda que não é desta Casa, mas da população.

Nós, também, não queremos ser os primeiros signatários, apesar de termos anunciado ontem a iniciativa de protocolo de uma CPI, de coleta de assinaturas e termos falamos com diversos Parlamentares. O nosso bloco quer compor a CPI, mas também quer que ela seja representativa, que haja a possibilidade de representatividade. E queremos que a nossa assessoria participe, assim como a assessoria do PT e a Assessoria da Mesa Diretora, da construção do novo requerimento que leve em consideração os elementos que nós trouxemos para o requerimento que nós já havíamos protocolado e anunciado desde ontem.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Fábio Felix.

Quero informar aos Deputados que estão participando remotamente que a sessão está sendo transmitida no telão ao lado direito de vocês.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. registrasse a minha presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Rogério Morro da Cruz, está

registrada a presença de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos que assistem a nós.

Nós vivemos um momento delicado, uma quadra perigosa da nossa história. Nós vemos o nosso tecido social cada vez mais esgarçado, uma crise institucional severa que perdura e que culminou com os acontecimentos lamentáveis de ontem, com a depredação do espaço público. Eu imagino que a população do Distrito Federal toda já tenha tido acesso a nossa nota de repúdio.

Eu gostaria de deixar um pouco de lado as questões partidárias, porque nós todos fomos eleitos, no último dia 2 de outubro de 2022, para representar a população do Distrito Federal, e essa população precisa de paz. Eu acho que não é o momento, agora, de nós acirrarmos os ânimos, de nós colocarmos mais gasolina nessa fogueira. A situação já é ruim o suficiente.

Eu gostaria de propor para nós, como integrantes do Poder Legislativo, como Casa do povo do Distrito Federal, que nos comprometamos a amenizar essa situação e, na medida do possível, conciliar os anseios da população do Distrito Federal, porque o Distrito Federal precisa continuar tendo paz para trabalhar, para empreender. As nossas famílias precisam disso, e nós precisamos ter muita sabedoria.

Então, eu queria começar pedindo essa prudência, essa cautela, para não tornarmos ainda mais difícil uma situação que, por si só, já é complicada.

Eu gostaria de dar uma sugestão, Sr. Presidente. O art. 75 do nosso Regimento Interno prevê a criação de uma comissão especial de representação. Eu gostaria de sugerir que criemos essa comissão, porque, de ontem para hoje, houve uma intervenção federal – que ainda vai ser submetida ao Congresso Nacional, mas houve uma intervenção federal na nossa segurança pública, na segurança pública do Distrito Federal –, e nós estamos com o nosso governador afastado. Nessa situação, o nosso governador está afastado por noventa dias. É uma medida cautelar, uma decisão cautelar, isso não é decisão definitiva, portanto.

Eu acho que a gente poderia criar essa comissão especial, Sr. Presidente. O nosso regimento diz que V.Exa. preside a comissão se fizer parte dela. Eu acho que a gente pode estabelecer essa comissão. Eu me coloco à disposição, também, como Presidente da CCJ – Comissão de Constituição e Justiça para fazer parte dela. Essa comissão representará institucionalmente a Câmara perante o interventor que foi nomeado pelo Governo Federal e, também, servirá para que tenhamos representatividade diante de todo esse contexto que está acontecendo no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Eu coloco à apreciação de V.Exa. e dos demais pares a criação dessa comissão, que está prevista no art. 75 do Regimento Interno. É uma comissão especial de representação.

Eu encerro reiterando que eu penso que devemos, neste momento, trabalhar pela pacificação e pela conciliação do Distrito Federal. Eu penso que não é o momento de agirmos e aproveitarmos a situação caótica que existe hoje para nenhum tipo de benefício que não seja o benefício da população do Distrito Federal, que, no final das contas, é a destinatária dos nossos serviços como Deputados Distritais que somos.

Eu agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e agradeço aos nossos pares.

Há um monte de gente viajando, e eu também estou. Chego amanhã de manhã cedo, às 8h estarei em Brasília.

Quero agradecer pela mobilização que houve para que possamos exercer o nosso mister num momento tão delicado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Estou à disposição de V.Exa. e dos demais também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado Thiago Manzoni. Concordo com V.Exa. Acho que se faz necessária a criação da comissão. Solicito aos colegas Deputados que quiserem participar dessa comissão que se apresentem. Eu acho que vai surtir ótimos frutos a ideia do Deputado Thiago Manzoni.

Registro a presença da Deputada Jaqueline Silva.

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel por cinco minutos.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, saúdo todas e todos

os companheiros Deputados, os trabalhadores da Casa e aqueles que acompanham a gente pela TV *Câmara Distrital*.

Obviamente essa não era a nossa intenção, a de nos reunirmos em janeiro. Mas eu queria, antes de mais nada, saudar todos os Deputados que concordaram em fazer essa convocação extraordinária neste momento tão intenso e necessário para o Distrito Federal.

Antes de pontuar o que eu queria dizer, é importante dizer que, assim como o Deputado Fábio Felix, nós organizamos e sempre realizamos manifestações na Esplanada pelo livre direito da democracia, sempre as defendemos e sempre as vamos defender. Quem realiza manifestações ou minimamente já esteve em mesa de gestão de crise sabe que o Governo do Distrito Federal tem as melhores ferramentas de inteligência e monitoramento da Capital. Nós temos, instalada dentro da Secretaria de Segurança Pública, uma sala de gestão de crise com videomonitoramento em tempo real, Presidente.

Presidente, jamais o comando permitiria chegarmos ao Palácio do Planalto, porque ali, Deputado Robério Negreiros, é área de segurança nacional. Assim como o nobre Deputado falou que a Abin tinha acesso à informação, sob qualquer interferência no Palácio do Planalto, a GLO – Garantia da Lei e da Ordem deveria ser acionada. Só que estava na mão do Governo do Distrito Federal a incidência do controle.

Nós temos efetivo. Isso não é culpa das tropas que estavam no jogo, isso é determinação de comando. Se o governador não sabia, faltou comando. Não era para só ser demitido o Secretário Anderson Torres, era para se demitir o comando, quem estava na linha de frente, porque ali não foi só uma revogação de um ato contra ou a favor de um determinado governo, foi um ataque à democracia e às instituições jamais visto. Em nenhum lugar do mundo é permitido algo desse nível, e o Distrito Federal assistiu, como em um *Big Brother*, ao vivo, a destruição e o desmonte da democracia.

Eu queria pontuar que isso não é novidade nos últimos meses. Deputada Paula Belmonte, a gente já vem notificando o Governo do Distrito Federal para chamar a atenção do acampamento em frente ao QG – Quartel-General. Essa turma iniciou um processo de depredação da Capital no dia 12 de dezembro. Puseram fogo em ônibus, depredaram delegacia, tentaram invadir a Polícia Federal. Avisamos que deveríamos punir essas pessoas e expulsar quem estava naquele acampamento, porque partiu o limite da democracia, do espaço do contraditório e da divergência política.

Logo em seguida, Presidente Deputado Wellington Luiz, eles colocaram uma bomba num caminhão de querosene no aeroporto de Brasília. Deputado Pastor Daniel de Castro, isso não foi acaso. Eles vêm planejando atentar contra a democracia e o Estado Democrático de Direito na Capital do País há tempos, e o Governo do Distrito Federal prevaricou em não tomar uma decisão necessária e incisiva contra esse povo. E o resultado? O resultado foi notificarmos que 150 ônibus estavam chegando a Brasília, avisamos que eles não tinham compromisso com a Capital e com a manifestação, alertamos as autoridades que poderiam depredar novamente a Capital do País e que não deixassem descer a Esplanada – como não deixam, Deputado Pepa, descerem as nossas manifestações.

Vejam o que nós já fizemos de manifestações, mas jamais ultrapassamos esse limite porque sabemos o nosso limite da democracia, do espaço. Não da democracia burguesa, mas o da luta popular, da classe trabalhadora que luta por direitos e não a daqueles que pedem ditadura e o fim deste Estado.

Quero dizer também que ontem nós apresentamos um ofício, junto com a companheira Deputada Dayse Amarílio, solicitando ao Governo do Distrito Federal todas as informações de quem estava no comando, qual era o nível de inteligência, quais foram as ordens tomadas, qual foi o passo perante as etapas que vinham acontecendo.

Queremos dizer também que agora assinamos um bloco, Deputada Dayse Amarílio, cuja palavra pode reforçar, o 21.814, que é exatamente, Deputado Thiago Manzoni, a criação dessa comissão para acompanharmos, junto com o interventor, as etapas e as investigações do que está acontecendo.

O nosso bloco também apresentou para a CPI a chamada não só do Anderson Torres direto para a Capital, mas também do Comandante-Geral da PM – Polícia Militar, que estava na ação, porque precisamos escutá-los: não para culpá-los, mas precisamos ouvi-los. A gente precisa ouvir qual era o processo, qual era a inteligência e qual era o nível das autoridades naquela ação.

Senhoras e senhores, nós estávamos em casa e todo o nosso time, em casa, pontuou: “Eles subiram a rampa; a partir dali, se não houver controle, eles tomam”.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Para concluir, Sr. Presidente.

A gente pode até concordar com o requerimento único, com todos assinando, mas a gente precisa levantar aqui uma consideração: se isso não vai tirar de nós a predileção da Relatoria ou da Presidência. Precisamos pontuar isso também na Casa para não termos uma relatoria de CPI única, que impeça que a Oposição também consiga estabelecer esses critérios.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Max Maciel.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Iolando, é registro de presença ou uso da palavra?

DEPUTADO IOLANDO – É que eu gostaria de fazer o uso da palavra logo após o Deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – V.Exa. já está inscrito.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputado, é o seguinte, é só para deixar claro, porque entrei há um tempo, pedi a palavra e parece que não foi anotado.

Outra coisa: nós estamos na primeira sessão do ano. Esta já é uma sessão, ainda que extraordinária. O rito deveria ser passar a palavra aos Líderes dos blocos para que, depois, passássemos a palavra aos Parlamentares. É uma observação que deve ser anotada pela Mesa para que a gente não chegue com tanta emoção.

Assim a gente acaba atropelando até o rito da Casa. Era essa a observação.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Não há ritual de Comunicados de Líderes nesta sessão. Portanto, seguimos adiante.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inscrição. Eu estou com a mãozinha levantada aqui, mas parece que V.Exa. não viu.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, V.Exa. pediu a palavra ou o registro?

DEPUTADO RICARDO VALE – Presidente, peço a inscrição para falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Desculpe, Deputado. De fato, eu havia entendido que se tratava apenas do registro. V.Exa. já está inscrito.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de confirmar minha inscrição, porque já a pedi várias vezes aqui, com a mãozinha levantada e no *chat*.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pedi o uso da palavra até por uma preocupação, para que, daqui a pouco, a gente não tenha inúmeras comissões e pedidos de... Como é o nome, Deputada Paula Belmonte? Cadê o Deputado Max Maciel? Acabaram de fazer um pedido de criação de uma comissão, V.Exa. e o Deputado Fábio Felix, para acompanhamento junto à Secretaria de Segurança, uma frente parlamentar. Então, Deputado Chico Vigilante, quero sugerir que essa frente seja um pouco mais ampla.

Sou afeito à justiça e ao Direito, até pela minha função de advogado, e acho que vamos primar, nesta Casa, pela ampla defesa e pelo contraditório, sem punir ninguém sem o devido processo

legal.

Não creio que tenhamos um número como o que está sendo divulgado de terroristas naqueles acampamentos. Nunca fui lá. Preservei-me até por conta da igreja, mas creio que lá, naquele lugar, Deputado Robério Negreiros, Líder do Governo, haja homens e mulheres de bem, porque vimos várias cenas, pela internet, de pessoas que se postavam de joelhos, que oravam, que faziam suas preces.

Então, gostaria que essa comissão fosse um pouco mais ampla para acompanhar todos esses inquéritos e processos, para que não haja a generalização “todas as pessoas que estavam lá” e para que, de uma forma indevida, essas pessoas não sejam punidas.

Eu entendo que nesta Casa, até pelo princípio em que ela vive, de humanidade entre os 24 Deputados, nós tenhamos esse sentimento de que vamos punir – e precisamos de uma resposta –, mas que saibamos quem vai ser punido, e que sejam punidos, dentro do devido processo legal, aqueles que tiverem praticado os atos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro, pela sugestão à comissão especial.

DEPUTADO PEPA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só pedido: eu quero me inscrever.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Pepa, V.Exa. está inscrito.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Qual a ordem das inscrições, por favor?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Eu quero aqui pedir, Sr. Presidente – eu sei que é a nossa primeira sessão legislativa, o Deputado Jorge Vianna fez uma observação aqui importante –, que a gente cumpra o rito do Regimento Interno. E muito importante que a Mesa deixe transparente quem está inscrito e quem não está, porque estou aqui tentando fazer uso da palavra, mas o pessoal que está no virtual está com a voz aberta.

Então, para que a gente mantenha a justiça e mantenha a ordem, que a gente possa falar quais são as inscrições, quais são as pessoas que estão aqui. De repente, a gente pode até colocar um mecanismo de deixar isso escrito para a gente saber qual é a nossa inscrição. Isso para dar transparência a todos nós.

E há também a seguinte questão, Sr. Presidente: V.Exa. falou aqui que teremos cinco minutos, mas nós não temos aqui nenhum – pelo menos, eu não estou vendo nenhum – cronômetro. Aqui é o cronômetro?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Ah, então está bem. Eu acho que é importante também que as pessoas que estão via internet tenham acesso a esse cronômetro, porque há Deputados que falaram mais, e não fica justo para quem está aqui esperando e aguardando em silêncio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada, esta Presidência não abandona o rito, muito menos a transparência.

Aqui está o Secretário, que está acompanhando. Já falaram o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Joaquim Roriz Neto, o Deputado Hermeto, o Deputado Thiago Manzoni, o Deputado Max Maciel e o Deputado Fábio Felix. Vai falar a Deputada Jaqueline Silva, o Deputado Roosevelt Vilela, o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Jorge Vianna, a Deputada Doutora Jane, a Deputada Paula Belmonte – V.Exa. pediu agora –, a Deputada Dayse Amarílio, o Deputado Rogério Morro da Cruz, o Deputado Gabriel Magno, o Deputado Iolando, o Deputado Pepa e o Deputado Robério Negreiros.

Então, essa é a ordem. Está na sequência, Deputada. O Deputado Ricardo Vale foi colocado agora. Mas não há problema, não. Em respeito a V.Exa., a gente pode colocar V.Exa. na frente, caso os Deputados concordem. E eu tenho certeza de que S.Exas. concordam.

Concedo a palavra agora à Deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu já tive minha fala contemplada. Se V.Exa. me permitir, eu gostaria de passar à Deputada Paula Belmonte. Ao final, se for o caso, eu peço a palavra de novo aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Jaqueline Silva.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., os demais Deputados, a assessoria e a imprensa aqui presentes e me solidarizar com os colegas que falaram antes de mim no sentido de que o que nós vivenciamos ontem foi uma cena de terror jamais vista na nossa República. Desejo eu nunca mais presenciar um fato como esse.

Mas nós, como representantes da população do Distrito Federal e da Capital do nosso País, temos que nos posicionar, temos que nos apresentar para os nossos eleitores, para as pessoas que confiam em nós e que estão, neste momento, tentando entender o que aconteceu.

E eu, especialmente como membro da segurança pública, tenho algumas considerações a fazer, principalmente no sentido da legalidade. Primeiro, no que diz respeito ao afastamento do Governador Ibaneis Rocha, entendo eu que foi um afastamento imprudente, ilegal e desnecessário. Digo isso porque nós temos em nossa Lei Orgânica todo um rito que deve ser seguido para um procedimento tão brusco como esse.

Então, eu espero que, em um espaço mais curto de tempo, isso possa ser revisto e que seja reestabelecida a ordem em Brasília, até mesmo porque o governador, no primeiro momento em que teve a notícia dos acontecimentos, tomou providências enérgicas, primeiro no sentido de afastar o Secretário de Segurança. Logo após, saiu um áudio em que o Secretário Executivo da Secretaria de Segurança Pública comunicava ao governador que tudo estava sob controle. O governador foi induzido ao erro. Nós não poderíamos esperar do governador uma postura diferente. O governador foi informado, por sua assessoria, que estava tudo sob controle. Então, foi levado ao erro, mas mesmo assim tomou a atitude.

Outra questão importante de se ressaltar é a postura das nossas forças de segurança. Eu começo pela Polícia Civil. Parabênizo o Delegado-Geral da Polícia Civil, o Dr. Robson, que agiu com energia, com precisão. Quero que ele estenda esse elogio a todos os seus delegados e agentes. A Polícia Civil demonstrou, mais uma vez, que é a melhor polícia civil do País.

Sobre o Corpo de Bombeiros, eu acompanhei, de forma mais próxima, a recém-nomeada Coronel Mônica, a primeira mulher a comandar um corpo de bombeiros do País. Ela já mostrou a que veio, Deputada Paula Belmonte. No primeiro momento, ela fez um chamamento, e mais de trezentos bombeiros que estavam de folga compareceram, em menos de duas horas, aos quartéis. Quarenta viaturas do Corpo de Bombeiros estavam envolvidas diretamente no evento de ontem. O Corpo de Bombeiros fez mais de quarenta ocorrências e atendimentos naquilo que diz respeito às suas atribuições. Médicos do Corpo de Bombeiros foram convocados e colocados à disposição da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, da mesma forma.

A nossa Polícia Militar, que também é a melhor polícia militar do País, fez o seu papel. Ela cumpriu o seu papel. Todos os senhores são sabedores de que a Polícia Militar é uma estrutura hierarquizada. Existe uma cadeia de comando, e esses profissionais aguardam o comando. Se, de alguma forma, houve uma negligência, essa negligência não partiu dos nossos militares lá da ponta, porque eles estavam prontos a defender a nossa sociedade, a nossa democracia, bem como as nossas instalações públicas da cidade.

Vale ressaltar a todos os senhores e senhoras que o efetivo de hoje da Polícia Militar é o efetivo de quando Brasília tinha 1 milhão e meio de habitantes. Hoje nós temos 3 milhões de habitantes. É impossível oferecer a mesma segurança da Brasília de anos atrás com esse efetivo defasado.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. é policial e hoje preside esta Casa. A Polícia Militar vive, gente, de gratificação de serviço voluntário, de hora extra. O militar não tem folga, mais.

Então, nós temos que ver com prudência e ressalva as responsabilidades. É previsto no nosso mundo jurídico um princípio de que não se pode se afastar...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Sem revisão do orador.) – ... Que é – para concluir, Sr. Presidente – a individualização das responsabilidades a que cada um, no seu espectro de competência

e responsabilidade, deve responder.

Por isso, eu me coaduno com o Deputado Chico Vigilante e me solidarizo com a iniciativa de S.Exa. no que diz respeito à CPI – não sei qual é o nome dela – para averiguar os acontecimentos de ontem. Coaduno-me com o que o Deputado Pastor Daniel de Castro levantou também sobre uma comissão de acompanhamento. Coloco à disposição nosso mandato, naquilo que diz respeito à segurança pública.

Sr. Presidente, também quero elogiar a atitude pronta de V.Exa. no sentido de convocar os Parlamentares a estarmos acompanhando de perto todas essas questões. Estamos ao seu lado e sob seu comando para que possamos dar uma resposta à altura para a nossa população.

Obrigado a cada um dos senhores e senhoras.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Roosevelt Vilela. Eu é que agradeço a pronta resposta de todos os Deputados, que se prontificaram – inclusive os que estavam viajando – a estarem aqui, imediatamente, atendendo a convocação.

Seria o Deputado Ricardo Vale o próximo a usar a palavra, mas se S.Exa. permitir, eu gostaria de conceder a palavra à Deputada Paula Belmonte, que se inscreveu antes. Pode ser, Deputado – V.Exa. que é sempre um cavalheiro –?

DEPUTADO RICARDO VALE – Tranquilo. Tranquilo. Pode passar a palavra para a Deputada Paula Belmonte.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não esperava de V.Exa. nada diferente, Deputado Ricardo Vale. Sempre um cavalheiro.

Muito obrigado.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só peço a inscrição, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está inscrito, Deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos. Que Deus nos abençoe.

Primeiro, quero registrar que, para mim, é uma grande honra estar aqui nesta tribuna, nesta nossa primeira sessão. Ao mesmo tempo, quero dizer que foi uma tristeza o que aconteceu no Distrito Federal, foi um momento triste para todos nós brasileiros e brasilienses.

Agradeço ao Deputado Ricardo Vale a gentileza. Eu acredito que nós, junto com V.Exa., vamos estar sempre preservando a transparência. Como V.Exa. disse, nós não estamos aqui acusando nada. Que a gente possa entender isso.

Nós estamos aqui no primeiro dia de sessão. É um pouco diferente o andamento da Casa federal. Até o Marcelinho tinha me falado: "Aperte o botão". Eu apertei o botão, mas o botão não dá a fala. Então, que a gente possa afinar os botões para que a gente possa contribuir com o trabalho. Essa é a nossa intenção.

Registro aqui que, desde ontem, eu venho pedindo a V.Exa. que esta convocação acontecesse no dia de hoje. Realmente, precisamos estar unidos. Estou vendo que nós temos a presença de, praticamente, 100% dos nossos Deputados. Que possamos estar realmente unidos para darmos uma resposta à sociedade brasiliense e à sociedade do Brasil. Nós aqui somos a Capital do Brasil!

Eu não vou dizer que esses atos que aconteceram são antidemocráticos, eu vou dizer que ato de vandalismo é uma coisa; manifestação, Deputado Chico Vigilante, é outra. A manifestação, ela é democrática e ela tem que acontecer. Nós brasileiros temos que defender todas as pessoas que queiram se manifestar, em especial pacificamente. O que nós não podemos aceitar são os atos de vandalismo que aconteceram e que nos entristecem muito. Como foi dito aqui por vários colegas, arrebatando patrimônio público, para nós, é uma vergonha, mas também custa para o pagador de impostos, porque isso vai ter uma repercussão, pois esse patrimônio terá de ser repostado. Quem irá pagar por tudo isso?

Eu tenho um projeto de lei na Câmara dos Deputados pelo qual, inclusive, nós aumentamos a penalidade exatamente a quem destrói patrimônio público. Por quê? Porque nós não podemos aceitar isso.

Agora, Sr. Presidente, eu quero reforçar aqui a fala do Deputado Roosevelt Vilela. Eu tenho falado sempre isto: a força de segurança do Distrito Federal, Deputado Pepa, é uma referência nacional. A nossa força de segurança do Distrito Federal é uma referência nacional, Deputada Dayse Amarílio. Então, o que faltou aqui foi exatamente uma articulação da nossa secretaria e um monitoramento de âmbito federal.

Nós temos aqui, Deputado Chico Vigilante, o Batalhão da Guarda Presidencial, que é conhecido como Batalhão Duque de Caxias. Esse Batalhão da Guarda Presidencial é responsável. Ele estava sabendo que iria acontecer isso. Onde eles estavam na hora em que aconteceram todos esses atos?

Então, nós não podemos aceitar também, Deputado Joaquim Roriz Neto, que isso que aconteceu tenha sido de responsabilidade somente da Secretaria de Segurança, não! Existe omissão do Governo Federal, do Ministério da Defesa. Eu quero registrar isto para que todos os brasilienses e brasileiros saibam: há omissão do Governo Federal em relação à segurança. Como foi dito, vieram para cá ônibus lotados. Todos estavam sabendo o que aconteceria. Cadê o batalhão que é gerenciado pelo Ministério da Defesa?

Quando nós falamos da CPI, Sr. Presidente, eu vejo que nós precisamos, sim, fazer essa CPI. Que a gente não só peça para os Deputados assinarem, mas também que a gente saiba quais serão as regras que vão ser estabelecidas. Como vai ser o acordo para quem vai ser participante dela? Quem vai ser presidente? Quem vai ser relator? Porque isso é fundamental para que a gente possa deixar, com clareza, para a população, resposta à altura da defesa da nossa segurança do Distrito Federal.

Em relação à comissão que foi sugestão do Deputado Thiago Manzoni, foi também uma sugestão do bloco da Deputada Dayse Amarílio, junto com os Deputados Fábio Felix e Max Maciel. Eu também vejo que é uma comissão que tem que ter uma amplitude maior. Quero fazer parte, se possível, dessa comissão também. para que a gente possa monitorar e trazer o protagonismo à Casa.

Esta Casa tem a obrigação de fiscalizar, fiscalizar não só a questão orçamentária, mas também a gestão do Executivo. Para isso, é preciso que nós tenhamos aqui uma unidade, porque todos nós, independentemente de partido político, queremos que Brasília seja realmente um exemplo de soberania nacional para que possamos defender o Estado Democrático de Direito.

Muito grata, que Deus nos abençoe! Estarei aqui à disposição para construirmos juntos.

(Assume a Presidência o Deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal que nos acompanha pela *TV Câmara Distrital* e pelas redes sociais, eu estava numa expectativa muito grande de, agora em fevereiro, na primeira sessão desta Casa, falar de coisas boas, falar das eleições democráticas que aconteceram neste País, falar da minha eleição, falar do processo bonito que foi a posse do Presidente Lula, a vitória do Presidente Lula, o simbolismo que ela tem na democracia, mas infelizmente chamamos esta sessão extraordinária da Câmara para avaliar esses atos antidemocráticos que aconteceram no Distrito Federal e em alguns estados do nosso País.

São lamentáveis todas as cenas que nós vimos, é lamentável tudo que aconteceu. Eu nunca vi uma coisa dessa. Como o Deputado Max Maciel falou, a gente já participou de muitas manifestações ali na Esplanada dos Ministérios e nunca chegou sequer perto do Palácio do Planalto, sequer perto do Supremo Tribunal Federal. Há um aparato de segurança violento, e é assim que tem que ser: o nosso patrimônio tem que ser preservado. Mas o que nós vimos, o que nós presenciamos nesse último dia 8 foi um absurdo, e eu lamento muito, porque isso já estava previsto.

Não existe nada de democrático, não existe nada de grupos que querem reivindicar legitimamente alguma coisa. Desde quando o Lula ganhou as eleições, desde quando acabou o segundo turno das eleições que esse pessoal está lá falando de intervenção militar – intervenção militar é crime, é golpe –, falando uma série de absurdos, falando que o Lula não iria subir a rampa. Eles estavam lá falando de crimes, de crime contra o Estado. Depois eles fizeram aquele ensaio na diplomacia do Lula, quebraram carros, incendiaram ônibus, fizeram aquele auê todo, e ninguém foi preso.

Então, não existe nada legítimo no que esse pessoal vem fazendo desde quando eles ocuparam o QG do Exército do Distrito Federal e outros quartéis-generais afora, pelo País. Não há nada de democrático.

Eu me lembro muito bem de que nós, a bancada do PT juntamente com a Deputada Arlete Sampaio, estivemos conversando com o governador sobre a segurança que haveria aqui no dia 1º porque nós estávamos muito preocupados com isso, e o governador nos informou que o Anderson Torres, ministro do Bolsonaro que cometeu uma série de erros, uma série de crimes como ministro, seria o Secretário de Segurança aqui. Nós alertamos o governador: "Olhe, é um erro trazer esse camarada para cá, porque ele já mostrou que não tem compromisso com o País nem com o Distrito Federal".

Esse camarada certamente vai responder por muitos crimes que ele cometeu como ministro e agora também vai responder. Na minha avaliação, já deveria ter sido preso pelo Supremo Tribunal Federal. No que aconteceu aqui, ele tem culpa e tem culpa muito grande em tudo o que está acontecendo no Distrito Federal – e que aconteceu recentemente.

E o Governador Ibaneis virou para a gente e falou: "Não, tranquilo, ele virá, vai ser tranquilo, é um cara não sei o quê, democrático". E aí deu no que deu.

Portanto, eu queria concordar – após ontem, quando tivemos uma reunião do PT, uma conversa que nós tivemos entre os Parlamentares aqui do nosso partido – em abrirmos uma CPI para que possamos investigar, ajudar os órgãos que estão apurando tudo que aconteceu aqui, ajudar o Poder Judiciário. A Câmara Legislativa não pode fugir do seu papel também de investigar, de procurar saber quem são os verdadeiros culpados, quem tem culpa nisso. Há muita gente do Distrito Federal envolvida nesses atos antidemocráticos. Há muita gente que tem que pagar pelo que aconteceu aqui, hoje, no Distrito Federal. Eu espero que a gente possa ajudar o Poder Judiciário a descobrir esses fascistas que tentaram um golpe de Estado aqui. Pode até haver gente inocente, como já foi dito aqui, nesses quartéis, enfim, mas há muito picareta, e a gente sabia disso.

Ora, esses ônibus estavam vindo para cá. Eles estavam fazendo vídeos. Domingo, pela manhã, eu gravei um vídeo. Eu nem sabia que teria esse quebra-quebra todo. Eu estou fora do Distrito Federal. Gravei um vídeo para as minhas redes sociais alertando, porque estava vendo que chegavam vídeos desse pessoal que estava vindo a Brasília para tocar o terror aqui, para quebrar a cidade, para tentar um ato golpista aqui. E ninguém fez nada. Ninguém fez nada.

Então, tem que ser investigado, sim. Tem que se abrir uma CPI. E que se punam os envolvidos, doa a quem doer. Quem estiver envolvido, seja lá quem for, seja de que Poder for, tem que pagar.

Nós não podemos admitir que a nossa democracia entre em risco. Precisamos preservar a nossa democracia. Se hoje nós somos Parlamentares eleitos pelo povo do Distrito Federal, isso é em função do regime democrático deste País.

Esse Governo Bolsonaro veio para tentar destruir a democracia. O Bolsonaro veio para tentar destruir a nossa democracia e, depois que perdeu, continuou tentando. Então, não dá para passar a mão na cabeça de ninguém. É apurar, investigar, e, neste momento, a CPI é a melhor alternativa para esta Casa.

Eu quero parabenizar o Presidente, Deputado Wellington Luiz, pela iniciativa de ter chamado os 24 Deputados, hoje pela manhã, para fazermos esta sessão extraordinária da Câmara Legislativa para sairmos com esse encaminhamento de abertura de uma CPI a fim de ajudar o Poder Judiciário, ajudar o País e dar uma resposta para nossa sociedade, para que nunca mais aconteça esse tipo de episódio, não só aqui no Distrito Federal, mas em todo o País.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Agradeço ao nobre Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, por questão de justiça, o Deputado Gabriel Magno está pedindo para falar há um tempão. Eu entrei depois de S.Exa., que ainda está aguardando. Então, V.Exa. pode passar a minha vez para S.Exa. Logo após, posso falar. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Sr. Presidente, peço que me inscreva para falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Deputados, nós estamos seguindo a

lista de inscrição, eu fiz questão de observar cada pedido. O Deputado Gabriel Magno está inscrito, mas V.Exa., Deputado Jorge Vianna, inscreveu-se primeiro. Se para V.Exa. não há problema, concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente, nobres colegas. Obrigado, Deputado Jorge Vianna, pela concessão da palavra. Sei que esta sessão híbrida também causa alguns transtornos.

A gente gostaria muito de iniciar os trabalhos aqui na Câmara Legislativa, obviamente, com outra agenda, a agenda que saiu vitoriosa das urnas no dia 30 de outubro, com a inauguração de um novo período no nosso País, comemorado e muito celebrado na posse do Presidente Lula, no dia 1º, uma nova agenda de ampliação dos direitos. E, infelizmente, o que nós vimos de maneira assustadora, pela televisão, ontem, é inaceitável: a tentativa de um golpe de Estado. Uma tentativa, inclusive, que é uma reprodução do que ocorreu nos Estados Unidos, no Capitólio, e uma ação orquestrada e organizada por algumas pessoas que a gente já sabe quem são: pelo ex-Presidente da República Jair Bolsonaro, que perdeu a eleição, não aceita isso e saiu fugido do Brasil para os Estados Unidos, e toda a sua turma golpista.

Ontem, ao que nós vimos em Brasília, é necessário um repúdio enorme. Eu quero parabenizá-lo, Presidente, pela ação rápida desta Casa para condenar os atos de terrorismo, os atos criminosos de ontem, e quero dizer que faltou segurança por uma omissão e cumplicidade do Governador do Distrito Federal e do Secretário de Segurança Pública, que, inclusive, está lá nos Estados Unidos; se bobear, combinando com o ex-Presidente da República Bolsonaro o que aconteceu ontem.

Já foi falado aqui: a gente já fez, faz e organiza manifestação nesta cidade. Nós já organizamos várias manifestações democráticas: contra a retirada da aposentadoria; contra o golpe de Estado; com o movimento sindical dos professores e professoras; com os enfermeiros, recentemente, para defender o piso nacional da enfermagem. A gente sabe que, para organizar manifestação democrática nesta cidade, a gente só desce para a Praça dos Três Poderes se tiver ajuda das forças de segurança. E foi isso o que nós vimos ontem. Há vários vídeos espalhados na internet mostrando essa convivência.

Infelizmente, as forças de segurança desta cidade se omitem no processo de garantia de segurança há algum tempo: desde depois do resultado da eleição, com a tolerância com as incubadoras de terroristas em frente ao quartel-general e, também, inflamando e não coibindo as tentativas de ataque à democracia, o que nós estamos vivendo.

Isso é fruto, infelizmente, de uma tradição grave da Justiça brasileira, que não puniu com rigor os assassinos e os torturadores que estavam a serviço da ditadura militar. É preciso rever essa agenda, porque o que nós vimos ontem é muito grave, Deputado Hermeto: é gente pedindo a volta da ditadura, é gente atacando a democracia brasileira. E a democracia é o terreno fértil para a garantia de todos os outros direitos. Não é possível que esta Casa ou que algum democrata se cale diante desse absurdo.

Graças a Deus, a democracia venceu. O golpismo foi derrotado ontem. E foi derrotado pela ação rápida e imediata do Presidente Lula e do Ministro da Justiça, que rapidamente intervieram na segurança do Distrito Federal.

De acordo com o próprio Ministro da Justiça, Ministro Flávio Dino, hoje já são mais de 1.500 presos e detidos aqui no Distrito Federal. É fundamental que essas prisões e detenções continuem para que possamos apurar não só quem estava presente nos atentados terroristas que nós vimos ontem, mas também quem financiou esse processo; quem o organizou; também quem é responsável até mesmo por omissão ou por convivência, como disse a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes; e também os policiais e servidores que foram coniventes com esse processo. Isso é fundamental.

Por isso, Sr. Presidente, concluindo minha fala, quero parabenizar e reforçar essas duas importantes ações que a gente apresenta aqui hoje. Primeiro, quero parabenizar a unidade desta Casa diante da instalação de uma CPI. É fundamental que ela venha com unidade, para que a gente possa apurar, investigar, e se necessário for, punir todas e todos aqueles responsáveis. Isso mostra que esta Casa está conectada com o desejo da população do Distrito Federal e do País. Segundo a pesquisa Quaest que saiu ontem ainda, 90% dos brasileiros condenam os atos terroristas de ontem.

Também é preciso, Sr. Presidente, que esta CPI garanta o direito da Minoria desta Casa, tanto de representação quanto de espaço dentro das investigações – e na própria produção do relatório.

Por fim, quero reforçar a importância do pedido de *impeachment* do governador que nós

apresentamos e protocolamos há pouco, na Casa. Isso é fundamental. Deputado Hermeto, não tenha dúvida disto: nós somos inteiramente a favor do amplo direito de defesa. E um processo de *impeachment* precisa garantir esse amplo direito de defesa. Mas, como bem disse a decisão do Ministro do Supremo Alexandre de Moraes, é fundamental que a gente apure a responsabilidade do Governador do Distrito Federal – que era o responsável não só pelas forças de segurança, mas também pela garantia da segurança do patrimônio material e imaterial da democracia e do espaço da Esplanada dos Ministérios – bem como as declarações recentes, dizendo que, depois de terem sido feitas várias observações, por parte do Governo Federal, com preocupações sobre a realização desses atos na Esplanada dos Ministérios, no dia de ontem, isso foi ignorado pelas autoridades do Distrito Federal.

Então, acho que são muito importantes essas ações. Que esta Casa caminhe no sentido que hoje também se mostra, que é o sentido da ampla maioria da população: o de apurar e dizer que não dá para haver anistia, que não dá para passar pano para quem age contra a democracia, contra os direitos e contra o Estado Democrático.

Quero, por fim, Sr. Presidente, fazer um convite para todos e todas que estão nos ouvindo: os movimentos sociais, vários partidos, várias organizações democráticas do País estamos chamando, no dia de hoje, vários atos em defesa da democracia no Brasil afora. Aqui no Distrito Federal, acontecerá daqui a pouco, às 17h, em frente ao Buriti.

Então, faço esse convite e deixo esse registro aqui para quem está assistindo a nós. Um grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Gabriel Magno.

Pergunto se o nobre Deputado Jorge Vianna já quer fazer uso da palavra.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra porque eu fui citado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Antes do Deputado Jorge Vianna, concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Gabriel Magno, V.Exa. disse que os policiais militares estavam fazendo *selfies*... Eu quero dizer a V.Exa. que a Polícia Militar trabalhou muito, é uma polícia militar preparada. Vamos individualizar as condutas, como disse o Deputado. Se houve um que facilitou ou tirou *selfie*, que seja responsabilizado, mas V.Exa. também tem que ver que, nas mesmas redes sociais em que V.Exa. está vendo isso, Deputado Gabriel Magno, nós temos o comandante-geral ensanguentado no meio da tropa; nós temos um policial, um praça, em cima de um cavalo sendo linchado. Ninguém fala nisso.

A Polícia Militar agiu com o que ela tinha na mão, do jeito que ela podia naquele momento. E repito: vamos dividir as responsabilidades. Já existe um governo federal constituído.

A Praça dos Três Poderes... Por que não houve informação também pela Abin? Por que a Polícia do Exército, a Guarda Presidencial não foram avisadas? Isso tudo tem que ser levado em conta. Tudo. Não é mais o governo anterior, do Bolsonaro. Existe um governo atual. Quer dizer que as responsabilidades das forças de segurança não podem ser divididas?

O governador vai ser responsabilizado? Vai. Dentro da sua esfera de poder. E o comandante-geral? Vai. Vamos individualizar as responsabilidades. Como V.Exa. viu gente tirando *selfie*, havia um policial ensanguentado, tentando segurar a turba, porque aquilo era uma turba de bandidos. O comandante-geral estava ensanguentado.

Então, não vamos generalizar, Deputado Gabriel Magno, por gentileza.

Só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Hermeto.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, boa tarde a todos. Quero saudar os que estão assistindo a nós, todos os servidores da Casa, a imprensa, e dar boas-vindas aos novos Parlamentares, eleitos democraticamente. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Na legislatura passada, em que eu também era o novato, nós também tivemos uma sessão extraordinária convocada no início do ano para um tema polêmico também, a saúde. Olhem o destino. Estamos sendo chamados novamente, agora para o tema segurança. Espero que na próxima legislatura

não sejamos convocados para o tema educação, que são os três temas mais, digamos, relevantes nas pautas da política.

Mas, enfim, Sr. Presidente, eu vou falar aqui como um profissional e como um sindicalista que sou e, como tal, agi durante vários anos. Talvez eu tenha aqui uma experiência maior do que a de muitos colegas em estar em movimentos.

Só no ano 2022, nós fizemos quatro grandes marchas ao Congresso Nacional. Já fiz muita marcha ao Congresso Nacional, já fiz muita marcha aqui ao próprio Buriti. Então, a gente entende um pouco como é que funciona o mecanismo. Não é fácil.

Na última marcha que nós fizemos, junto com o SINDATE/DF – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal, nós colocamos mais de 15 mil pessoas. Todo mundo viu isso, foi noticiado no Brasil inteiro. Foi uma grande marcha. E, naquele momento, eu tive uma comunicação muito eficaz com a Polícia Militar, que sempre esteve à frente de qualquer manifestação. A Polícia Militar, diga-se de passagem, é uma grande polícia que nós temos no Distrito Federal, e não podemos, em momento algum, questionar a capacidade dos policiais, que têm extremo controle emocional nesse tipo de ação.

Muitos falam que houve erro, que houve isso e aquilo. Eu digo o seguinte: houve uma sucessão de erros. Mas, em uma manifestação, não há ninguém que consiga segurar os mais exaltados. Isso é fato. Inclusive, no dia da última marcha que tivemos, a Polícia Militar fez a barreira até a Praça das Bandeiras. Até ali, qualquer manifestante pode ir. E não podemos nos esquecer de que Brasília é a capital das manifestações, ela tem a manifestação dos índios, a Marcha das Margaridas, as marchas dos trabalhadores, enfim, todo tipo de marcha.

Então, seria impossível que a segurança pública, toda vez que soubesse de uma marcha, deslocasse todo o batalhão, todo o efetivo, porque várias manifestações são pacíficas, e outras não. Tivemos outras tantas marchas em que houve invasões a ministérios, à FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Isso acontece. Não é para acontecer, mas acontece. E quem prevê?

Mesmo não prevendo, temos que errar pelo zelo, pelo excesso. Houve o erro de não haver um efetivo para garantir a segurança ali, porque estamos ainda em meio a um descontentamento com a eleição. Portanto, houve, sim, um erro. Mas ninguém consegue segurar um grupo mais radical quando ele quer invadir. E, aí, é aquela máxima: “Onde passa um boi, passa uma boiada”. É o efeito manada.

Era muito arriscado, realmente. Todos sabem que isso era muito arriscado e que poderia acontecer. No entanto, pessoal, o que me chama a atenção é essa perseguição ao Governador Ibaneis, e isso eu falo não o defendendo, porque já critiquei o Governo do Distrito Federal várias vezes e o estou criticando. Mas é claro, pois o Governador Ibaneis não apoiou o Lula. Se ele tivesse apoiado o Lula, talvez o desfecho seria diferente.

Não quero tirar a culpabilidade de ninguém, muito menos do governador, mas não podemos, na emoção, querer cabeças assim, tão rapidamente. Ora, que se faça a CPI, que se faça uma investigação!

Outra coisa: com relação à frente, estamos atropelando os nossos próprios colegas, porque, nesta Casa, existe a Comissão de Segurança, da qual, diga-se de passagem, ninguém queria participar. Tivemos que completar o quadro. Eu perguntei: “Quem quer participar da Comissão de Segurança?” Ninguém queria. E eu ainda falei: “Olha, eu não quero, porque, na Comissão de Segurança, tem que haver pessoas com mais habilidade e tudo o mais”. Lembram? Pois é. Agora todo mundo quer fazer parte de uma frente parlamentar da Comissão de Segurança, para, sei lá, de repente... Então, pessoal, acho que temos de respirar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – ... Respirar, pensar e não evidenciar mais ainda, de forma negativa, a nossa cidade, os nossos serviços de segurança.

Então, peço cautela para qualquer coisa na Câmara Legislativa, senão a gente pode fazer as coisas de forma atabalhoada, açodada, e passar vergonha.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

O Deputado João Cardoso pediu a palavra? (Pausa.)

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, estou há tempos esperando a minha vez de fala. Solicito que V.Exa. considere isso, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Iolando, V.Exa. será chamado, mas há uma ordem de pedidos. Chegará a sua vez.

Concedo a palavra à Deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Sr. Presidente, é só para me inscrever. Eu já pedi.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Deputado João Cardoso está inscrito.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu que agradeço, Deputado.

Solicito aos Deputados que cumpram o tempo, pois a governadora em exercício, Celina Leão, já se encontra na Casa, e ainda faremos uma reunião com a governadora.

Concedo a palavra à Deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde. Eu queria dar boa-tarde aos colegas, à Mesa, ao pessoal da *TV Câmara Distrital*, aos servidores e às pessoas que estão na galeria.

A minha assessora comentou comigo, no meu ouvido, que estou meio abatida. Como não ficar abatida, não é? Nós estamos abatidos.

Acho que não existe aqui uma discussão em relação a todo mundo, à barbaridade, ao choque que levamos. Acho que, independentemente de qualquer tipo de posicionamento ideológico, todos concordamos que o que se viu jamais pode acontecer novamente.

Eu gostaria de deixar claro que, como sindicalista, já participei de muitos movimentos e de muitas manifestações. Nós jamais podemos deixar de defender as manifestações democráticas, porque é um direito constitucional. Não estamos aqui falando do erro ou até mesmo do QG ou das pessoas que estão se manifestando pacificamente, porque esse é um direito constitucional.

Inclusive, o Deputado Jorge Vianna chegou a falar que estamos em uma luta dos profissionais de enfermagem há muitos anos. Fizemos inúmeros atos, junto com SINDENFERMEIRO-DF – Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal. Estivemos também na marcha e em outros atos que foram puxados pela Federação Nacional dos Enfermeiros, pelo SindEnfermeiro-DF, com a participação do Sindate/DF, e tivemos muita dificuldade, como trabalhadores da saúde, de descer ali. Nós, inclusive, tivemos carro de som desligado, não conseguimos descer à Praça dos Três Poderes. Éramos só um grupo de enfermeiros, na sua grande maioria mulheres. Então, a gente, realmente, fica pensando por que isso chegou até onde chegou.

A gente tem falado muito na questão da destruição do patrimônio público, e isso tem que ser falado, porque é dinheiro público que foi rasgado. A gente não tem noção de quanto vai ficar a dívida desse estrago que aconteceu. Mas o mais difícil para nós é o que está em jogo. Não é só o dinheiro que foi rasgado ali. Houve um ataque direto à Constituição e ao nosso direito democrático.

Entendo que, como Deputada, a minha obrigação é fiscalizar, e essa é uma obrigação da Casa.

A gente tem falado aqui da polícia, e eu concordo: a nossa polícia é uma boa polícia. Falo em relação à polícia, aos bombeiros, aos servidores. Graças a Deus, temos excelentes servidores no Distrito Federal. Ai de nós se não fossem os servidores do Distrito Federal, que têm seguro da segurança, a saúde – como vejo todos os dias – e a educação.

Agora, o que não pode ser negado é que há indícios de que alguma coisa deu errado. Alguma coisa deu errado. Então, se há indícios, temos o dever constitucional, nesta Casa, de investigá-los. Por isso, protocolamos ontem... Estamos discutindo desde ontem a questão da CPI. Peço, realmente, que a tenhamos, sim... Que a gente acabe com o histórico de que CPI, nesta Casa, quando acontece – o que é muito difícil –, acaba em pizza. Nós temos o dever, nesta Casa, de investigar. Agora, se os indícios aparecerem, aí, sim, vamos atrás, realmente, de punir as pessoas, sejam elas quem forem, de governador a comando, o que for. Acho que a gente tem essa obrigação.

Para terminar, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa., pois, desde ontem, estamos no grupo, não só eu e os colegas de bloco, mas também outros Deputados, pedindo a realização desta sessão extraordinária, o que foi acatado hoje de manhã.

Quero, também, deixar claro que protocolamos, como o Deputado Max Maciel falou, um documento em relação à convocação do Sr. Anderson, que já foi exonerado, e do Delegado Fernando de Sousa, que estava em exercício na tarde de ontem.

E essa comissão, Deputado Pastor Daniel de Castro, eu queria até falar em relação a uma... Eu acho que houve um erro de interpretação. Não seria uma frente. Como o próprio Deputado Thiago Manzoni comentou, isso é previsto no art. 75.

Agradeço, inclusive, à minha assessoria. Ontem estávamos discutindo sobre isso, e já houve essa sinalização. Nós protocolamos de manhã um memorando a V.Exa., Sr. Presidente. É o Memorando nº 9/2023 e o 21.814, pedindo a instalação dessa comissão. Inclusive, tivemos uma conversa com o nosso partido, já que o interventor é meu correligionário partidário – o Ricardo Cappelli –, e coloco-me à disposição, já que já estamos fazendo esse diálogo, para que possamos aproximar a Câmara dessa intervenção na segurança do DF, que é o nosso papel constitucional.

Então, não é uma frente. É uma comissão e está dentro do nosso Regimento Interno. Não vejo problema algum em fazê-la amplamente. E já vou me colocando à disposição e pedindo a V.Exa. que me coloque nessa comissão, para que possamos transitar.

Agradeço e me coloco à disposição.

Para finalizar, eu queria muito pedir à população do Distrito Federal que cobre mesmo, que cobre das pessoas em quem votaram, dos Parlamentares, porque é dever institucional desta Casa. Eu estou vendo aqui que todo mundo quer a mesma coisa. Eu fico feliz porque, independentemente de qualquer posicionamento ideológico, ninguém concorda com o que aconteceu e todos querem que a verdade apareça.

Muito obrigada a todos os colegas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vou conceder a palavra ao Deputado Chico Vigilante, depois ao Deputado Robério Negreiros e depois ao Deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, proponho a V.Exa. que, após a fala do Deputado Robério Negreiros, que será de cinco minutos, V.Exa. suspenda a sessão para irmos à reunião com a governadora em exercício, Celina Leão, porque ela terá que se deslocar até o Palácio do Planalto para uma reunião dos governadores com o Presidente Lula. Fui eu que propus a ela que viesse a esta Casa agora, às 17h.

Eu gostaria que V.Exa., depois da fala do Deputado Robério Negreiros, suspendesse a sessão para irmos lá ouvir, e depois voltamos para esta Casa. E mais, peço a V.Exa. que, da abertura da reunião com ela, sejam liberadas imagens para a imprensa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Deputado, eu vou consultar os Deputados que ainda não falaram: Deputado Rogério Morro da Cruz, Deputado Iolando, Deputado Pepa, Deputado Pastor Daniel de Castro, Deputado Eduardo Pedrosa e Deputado João Cardoso. Se eles concordarem, para mim não há problema nenhum, porque, de fato, a governadora em exercício tem uma reunião no Palácio do Planalto.

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Eu estou aqui desde às 15h25min e estou pedindo a palavra desde o primeiro momento e até agora não fui ouvido. Todo mundo passou de minha frente. Eu não concordo com a fala do Deputado Chico Vigilante em deixar as falas para depois.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito, Deputado. Então, será concedida a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO – E será dada continuidade à sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sem dúvida, Deputado. Será concedida a V.Exa. conforme foi consultado aqui. Só será feito isso se todos concordarem. Se V.Exa. não concorda, vamos continuar a ordem como está.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Presidente, só para saber qual é a minha hora. O senhor falou o meu nome?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu pulei a senhora depois do Deputado Rogério Morro da Cruz. Foi engano meu, Deputada. Perdão.

DEPUTADA DOUTORA JANE – É possível. Naquela hora, eu disse que falaria na minha ordem, mas agora já está perto das 17h. Se algum dos Deputados que estão na minha frente me der a oportunidade, eu quero muito me manifestar, mas eu tenho um voo às 18h e tenho que sair daqui a pouco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vou solicitar ao Deputado Rogério Morro da Cruz que faça essa gentileza. Tenho certeza de que o Deputado vai autorizar. Pode ser, Deputado Rogério Morro da Cruz?

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Quero informar que concordo plenamente, porque a nossa atual governadora, por essa intervenção, tem que estar naquele compromisso. Então, eu acato a sugestão do Deputado Chico Vigilante. A gente tem que saber fazer essa interlocução com o Governo Federal para que a gente possa ter essa comunhão e melhorar a situação do DF. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado João Cardoso. Vamos fazer o seguinte: aqueles que não concordarem farão uso da palavra; àqueles que concordarem, eu agradeço. Logo depois da reunião com a governadora em exercício, Celina Leão, a gente retorna. Agradeço ao Deputado João Cardoso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade. Eu vou ser breve até pela questão do prazo exíguo.

Eu queria fazer uma linha temporal. Primeiro, deixo claro que o Governador Ibaneis não é contrário à investigação plena pela CPI. A CPI vai ser construída com a assinatura de todos os membros em ordem alfabética de assinatura, sem nomeação partidária. Com isso, o governo já concorda; e o próprio Presidente desta Casa está fazendo essa construção e liderando esse processo aqui. Nada mais justo, porque ele lidera o Poder Legislativo.

Eu queria fazer uma linha temporal dos fatos que aconteceram, porque, como vários Parlamentares falaram – a Deputada Paula Belmonte, o Deputado Joaquim Roriz Neto e o Deputado Jorge Vianna –, essa questão de colocar no colo do Ibaneis uma responsabilidade que deve ser compartilhada e partilhada, isso a gente tem que ver. A palavra de ordem é serenidade. Eu acho que, se a gente não tiver serenidade, se agir com impulso, a gente vai acabar indo de encontro à própria autonomia do Distrito Federal, porque já estão falando em extinguir a Câmara, o Fundo Constitucional, aquelas loucuras de sempre de quando acontece algum tipo de problema na nossa Capital.

Após a posse do Exmo. Presidente Lula, grupos bolsonaristas começaram a mobilização para realizar uma manifestação no Distrito Federal e começaram a montar caravanas para o que, inicialmente, seria uma manifestação. Ante a mobilização que se formava e com a orientação de se manterem a ordem e a segurança, a Secretaria de Segurança Pública emitiu, na época, em 6 de janeiro de 2023, o Protocolo de Ações Integradas nº 2/2023, no qual descreveu as atribuições dos órgãos de segurança pública durante os atos previstos.

No dia 7 de janeiro de 2023, o Exmo. Ministro da Justiça anunciou a convocação da Força Nacional para reforçar a segurança da Praça dos Três Poderes. Daí, falo do compartilhamento. Então, se o ministro fez essa convocação, comprova-se que há um compartilhamento de responsabilidade.

No dia 8 de janeiro de 2023, por volta das 10h30min, um pequeno grupo se reuniu em frente ao Congresso. Às 13h, o grupo que se concentrava na frente do QG do Exército começou a se deslocar em direção à Praça dos Três Poderes. O grupo foi acompanhado pela Polícia Militar, procedimento adotado em todos os atos e eventos – seja de esquerda, seja de direita – ocorridos no Distrito Federal:

na gestão do Ibaneis assim como em todas as gestões.

Já estou no quarto mandato. Sempre vi as manifestações e sou favorável às manifestações, porque a própria Constituição isso assim o reza. O próprio Ibaneis, se não permitisse, seria criticado também. Então, fica uma faca de dois gumes em relação a isso. Isso foi feito para manutenção da ordem e organização, sendo descabida a informação de que estavam sendo escoltados pela força policial até aquele momento.

Por volta das 13h30min, o Secretário de Segurança em exercício informou ao governador que a negociação tinha sido pacífica, organizada, e reforçou que o clima estava bem tranquilo, bem ameno, com movimentação bem suave, e, mais uma vez, falou em manifestação totalmente pacífica. O que pode ter acontecido foi uma indução ao erro do nosso governador.

Às 14h50min, criminosos travestidos de manifestantes furaram o bloqueio policial e deram início aos atos de terrorismo ou contra a democracia – a palavra pouco importa, depois dessas atrocidades. Assim que foi informado, o governador determinou a convocação de todas as forças de segurança do Distrito Federal, o imediato reestabelecimento da ordem e a prisão dos terroristas.

Diante das graves falhas na organização da segurança, por volta das 16h, o governador determinou a exoneração do agora ex-Secretário de Segurança Pública Anderson Torres, e determinou a apuração de todas as responsabilidades pela grave falha do planejamento. Incluem-se aí alguns policiais, que não são a grande maioria, graças a Deus, que estavam dispersos ao telefone, tirando fotos e por aí vai.

Eu queria consignar também, Presidente, nobres Deputados, uma própria publicação do *Metrópoles* que coloca que um coronel do Exército tentou impedir a PM de prender os vândalos no Planalto.

Então, há vários acontecimentos que devem ser apurados e, principalmente, é necessário compartilhar a responsabilidade. O próprio Ibaneis teve a grandeza de pedir desculpas em função de falhas nesse planejamento. Creio que o próprio Governo Federal assim o verá.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Para concluir, Presidente.

Diante dessas falhas, então, às 19h, as forças de segurança retornaram às áreas ocupadas e iniciaram a dispersão e a prisão dos indivíduos ainda presentes. O governador determinou, por fim, à Controladoria-Geral do Distrito Federal a investigação e a punição de servidores públicos do Distrito Federal que, eventualmente, tenham participado dos atos.

Sr. Presidente, eu, como Líder do Governo, então, reforço essa questão da CPI, demonstrando desprendimento do Governador Ibaneis, principalmente para que esta Casa apure de uma forma isenta qualquer tipo de desvio que tenha ocorrido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Digo a todos os presentes que a serenidade é muito importante para todos nós, para que não erremos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sem dúvida, Deputado.

Obrigado. Obrigado, Líder do Governo, Deputado Robério Negreiros.

Vou passar a Presidência ao Deputado Martins Machado.

De fato, a governadora em exercício, Celina Leão, tem uma reunião no Palácio do Planalto às 18h, e faz-se necessária agora uma reunião com os Deputados que aqui estão, mas vamos dar continuidade, já que isso foi solicitado pelo Deputado Iolando.

Portanto, eu passo a Presidência ao Deputado Martins Machado para que se dê continuidade e não haja nenhuma interrupção.

(Assume a Presidência o Deputado Martins Machado.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Assumo a Presidência.

Todos os oradores terão direito à fala, é justo.

Concedo a palavra à Deputada Doutora Jane por cinco minutos.

DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento a todos.

O Presidente, Deputado Wellington Luiz, saiu, mas quero dizer que eu acredito na sua condução para que, realmente, a Câmara Legislativa do Distrito Federal assuma protagonismo neste momento em que é imperioso nós defendermos os três Poderes.

Eu sou alguém que acredita nas leis e nas instituições. Sem instituição, tudo é mais difícil, nada há de caminhar e pessoas inocentes vão acabar sendo vitimadas.

Ontem, por uma sorte, pessoas inocentes não foram vitimadas. Eu estou fora de Brasília, mas tive a oportunidade de conversar com uma senhora que tinha amigas que estavam acampadas – amigas essas que são senhoras, senhorinhas. Elas conversavam, ao telefone, e diziam o seguinte: “Nós estamos aqui, num cantinho, assistindo ao que está acontecendo”. Isso prova que ali, naquele espaço, nós temos de tudo. Se são terroristas, se são criminosos, se são infiltrados, para mim, é uma questão de retórica. A retórica aí é um resíduo de uma eleição que não acabou, de quem não aceita resultado de eleição. O que nós temos é vandalismo. Havia de tudo, inclusive inocentes, naquele espaço. Falar que aquilo é indiscutível é indiscutível.

Eu estou com uma imagem na minha cabeça que me choca: alguém que defeca na sala de uma autoridade e pede para que se filme isso. Ali, a intenção era diminuir, era escrachar, era dizer: “Nós não acreditamos em instituições”. Eles queriam a balbúrdia e a baderna num revanchismo inexistente.

Eu sou uma pessoa ativa nas redes sociais e tenho apanhado muito de pessoas que, equivocadamente, ainda não entenderam que a eleição terminou. Nós Parlamentares temos a obrigação de cumprir realmente o nosso papel. Além de fiscalizar, temos de exigir a punição de quem quer que tenha comandado aquela atitude, mas com a ressalva de preservar as pessoas que estavam ali na boa-fé, e não eram poucas.

Com relação à atuação das forças de segurança, eu vou usar duas palavras. Não cabe a mim, agora – até por estar fora e não ter participado da condução –, dizer onde está a falha, onde foi o erro. A segurança pública é comandada, ou guiada, pela hierarquia e pela disciplina. Nós temos excelentes policiais – na Polícia Militar, na Polícia Civil e no Corpo de Bombeiros – que estão prontos para a atuação, mas eles precisam de comando. Tem de haver um comando que diga o que fazer. Então, faltou ali uma ordenação, um comando que determinasse. Esses são métodos da polícia.

Nós temos um trabalho de inteligência que é muito bem feito. Nós estamos na Capital do País, onde nós temos uma das melhores – senão a melhor – polícias do Brasil, tanto militar quanto civil, uma polícia com inteligência que, com certeza, o tempo todo monitorava e informava sobre o que estava acontecendo. Depois que houve a invasão, realmente, ficou muito difícil para a polícia atuar com a força necessária para contenção; mas ela atuou, e com equipamentos não letais, que são próprios para esses momentos. Nós temos equipes treinadas para fazer essa contenção.

Eu vou aproveitar para, inclusive, aderir à fala dos nossos Deputados que estão na Comissão de Segurança e que falaram do contingente policial. Nós temos diversos concursos em andamento e equipes prontas querendo só entrar e integrar essa força. Não dá para discorrer agora a respeito da quantidade de policiais na Polícia Militar e na Polícia Civil, mas o certo é que estão defasadas e se precisa aumentar essa quantidade.

Só neste momento tenso, em que a segurança pública fica em evidência, é que todo mundo começa a enxergar a segurança pública, mas nós da segurança pública já a enxergamos há muito tempo e sabemos que nós precisamos fazer uma luta, e contar com os Deputados em um momento posterior a esse, para que possamos recompor as forças de segurança para que seja mais fácil uma atuação a contento de todo mundo.

Por fim, falo da participação na comissão. Já existe a Comissão de Segurança, mas houve uma intervenção na segurança pública. Então, acredito que a Comissão de Segurança tem que participar, integralmente, para fazer esse debate; e, para os Deputados que quiserem participar dessa comissão, neste momento, que seja permitida a ampliação desse número e que todos possamos fazer esse debate, essa reunião ou essa comissão mais atuante junto ao interventor estabelecido.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Para concluir, Deputada.

DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Concluindo.

Com relação à CPI, eu acho que ela não vai ser divergente, uma vez que todos concordam que deve haver a CPI com o nome dos 24 Deputados listados de forma alfabética, para que não haja uma disputa também nesse momento, que é tão grave.

Então, a CPI precisa apurar responsabilidades e, neste momento, a palavra do Deputado Robério Negreiros é de serenidade para que possamos conduzir esse momento e cumprir o papel que todos de Brasília e do Brasil esperam de nós: realmente essa pacificação que há de acontecer para essas pessoas respeitarem as instituições.

É isso, muito obrigado. Eu vou pedir desculpas, porque eu estou voltando a Brasília para participar desse debate mais intensamente. Estou em trânsito e agora preciso sair para fazer o *check-in* e não vou acompanhar a fala dos colegas, mas me comprometo a assistir, depois, no vídeo gravado, para saber o que cada um colocou de importante neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Foi muito importante a participação de V.Exa., Deputada.

Agora, na seqüência, está o Deputado Rogério Morro da Cruz. Pode ser, Deputado Iolando?

DEPUTADO IOLANDO – Pode ser. Eu serei o último do último. Não há problema, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PMN. Sem revisão do orador.) – Uma ótima tarde a todos. Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade. Rogo a Deus que se possam reestabelecer a paz e a ordem na nossa Capital Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o último domingo foi um dia de muita apreensão, indignação e tristeza para todos nós que defendemos a democracia e, conseqüentemente, o respeito às normas estabelecidas e à ordem pública, mesmo porque somos regidos por um sistema democrático plural no qual devem ser observados, entre outros, os direitos de manifestação, de expressão e do livre pensamento, mas que não descambem para a violência, a destruição e a intolerância.

Devemos, como Parlamentares e principalmente cidadãos, defender a democracia com firmeza. Não podemos permitir que uma minoria raivosa e também autoritária tente, com base em sentimentos e argumentos falsos, atuar contra Poderes legalmente constituídos.

As eleições findaram, ou seja, quem foi eleito foi, e quem não foi que aguarde o próximo pleito. É legítimo, sim, fazer oposição e exercer a livre manifestação do pensamento, mas sem baderna e destruição do patrimônio público ou privado.

Certa vez, nosso saudoso e querido Ulysses Guimarães disse que “a grande força da democracia é confessar-se falível de imperfeição e impureza, o que não acontece com o sistema totalitário”. Com isso, não podemos, mesmo que se apregoe como perfeito, permitir que a nossa República seja levada para um caminho autoritário. Devemos lutar pela democracia, pois, mesmo quando não é perfeita, ela permite ajustes à sua recolocação no caminho da normalidade.

Digo, nesta oportunidade, às Sras. e aos Srs. Deputados, que estou aqui para defender a legalidade jurídica e constitucional, defender o regime democrático, pois não abraçarei nada que escape ao limite das leis. Da mesma forma, não apoiarei nenhum ato praticado por qualquer autoridade que agrida as normas estabelecidas. O grito dos inconformados com a democracia não pode representar o caminho a ser seguido por aqueles que defendem as liberdades constitucionais.

Assim sendo, compreendo que estamos agora em uma importantíssima sessão nesta Casa, para dizer em alto e bom som que o Poder Legislativo do Distrito Federal não coaduna com manifestações antidemocráticas e que nós Parlamentares legítimos, eleitos pelo povo, estamos abraçados com a democracia e com os direitos individuais e coletivos patentes em nossa Carta Magna: a Lei Orgânica local.

Finalizo, então, rogando a Deus que proteja as nossas famílias e a nossa Pátria para que ela trilhe sempre o caminho da paz, da tolerância e do respeito às diferenças, às leis e à ordem. Muito obrigado.

Que a paz possa reinar no nosso País, especialmente na nossa Capital Federal. Temos que buscar o entendimento, temos que buscar uma forma de a paz poder retornar e reinar sobre as nossas famílias e o nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

Deixo aqui um abraço a todos. Que Deus nos abençoe abundantemente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Obrigado, Deputado. Esse é o nosso desejo

também.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito o registro de presença e também que V.Exa. me coloque na ordem de fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Foi registrada a presença de V.Exa. e a inclusão na ordem de fala.

Concedo a palavra ao Deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos. Quero aqui primeiro agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui com todos vocês. Sei que este momento é muito triste para o Brasil, para Brasília e para nós, representantes do povo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, V.Exa. está me ouvindo?

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Estou ouvindo V.Exa. perfeitamente, Deputado.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – *Ok.*

Este é um momento muito triste para o Distrito Federal e para o País. Todos os Deputados que ganharam a eleição, que conquistaram a eleição recentemente, em 2022, tinham a expectativa de, no dia 2 de fevereiro, fazer um bom discurso, uma boa entrada, apresentando projetos, mas foi o contrário. Nós viemos aqui completamente diferentes. Os Deputados se manifestaram aqui todos estarrecidos, tristes, bastante tristes com a situação que aconteceu no dia de ontem.

Eu também aqui demonstro a minha indignação, a minha tristeza por ver todo esse acontecimento em nossa Capital. A gente fica muito triste com tudo isso que aconteceu. São questões tristes que nós abominamos porque dizem respeito a atingir a democracia brasileira, a atingir aquilo que a gente tem de mais precioso, que é o direito de todo cidadão de ir e vir e de ver ali a nossa democracia como ato principal.

Eu ouvi a fala de vários colegas aqui. Eu queria também manifestar, como Vice-Líder do Governo, repúdio ao ato do nosso Ministro do Supremo Tribunal Federal com a ação brusca em relação à pessoa do Governador Ibaneis em afastá-lo por um período de noventa dias.

Eu achei a atitude muito arbitrária, bem emocional. Acredito que ele tomou essa atitude em um momento emocional, mas, na reflexão, num momento em que ele verifique essa questão da Constituição, da legitimidade do fato, ele vai entender que o Governador Ibaneis não foi omisso em nenhum momento com relação a esta posição do ato de ontem, dia 8 de janeiro.

Eu quero aqui fazer uma leitura, como membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, o qual represento na Câmara Legislativa. Temos três Deputados Distritais, um Deputado Federal e o próprio Governador Ibaneis, eleito democraticamente nas urnas de 2022.

Eu quero fazer a leitura de uma nota do MDB/DF.

“O Movimento Democrático Brasileiro do Distrito Federal repudia veementemente os atos antidemocráticos e, mais ainda, os inconcebíveis atos de vandalismo ocorridos na data de ontem, dia 8 de janeiro de 2023, contra as sedes dos Três Poderes da República.

Respeitamos a decisão do Eminentíssimo Ministro Alexandre de Moraes, do STF – Supremo Tribunal Federal, que determinou o afastamento do Governador Ibaneis Rocha do seu cargo pelo período de noventa dias, todavia ousamos discordar dela por considerar que tal decisão representa uma intervenção contra a autonomia política e administrativa do Distrito Federal sem a devida apuração dos fatos e uma decisão contrária, também, à vontade da população do Distrito Federal, pacífica e ordeira, que reelegeu legitimamente, em primeiro turno, o Governador Ibaneis Rocha, significando a aprovação de seu governo, de seu trabalho e de sua conduta. O MDB espera que seja...”

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – “... O MDB espera que seja reestabelecida a ordem democrática, com retorno imediato do Governador Ibaneis Rocha ao cargo, e a

apuração rigorosa de todos os fatos e a punição dos culpados.

Nove de janeiro de 2023.”

Essa é a carta dirigida a todos os cidadãos do Distrito Federal. Faço das palavras do MDB as minhas palavras, falando do repúdio a essa ação do afastamento imediato do Governador Ibaneis por noventa dias.

Então, mostro aqui a minha indignação, Sr. Presidente, com relação a esta questão. Acho que o momento agora, desta Casa, não é entrar em um barco de sensacionalismo, de pirotecnia para fazer apresentações e ali, de imediato, já querer abrir uma CPI antes da apuração dos fatos. Acho que nós temos que ter bastante maturidade em saber o que devemos fazer para que a população do Distrito Federal seja esclarecida sobre a omissão daqueles que, de fato, se omitiram, e sobre a verdadeira posição convicta do Governador do Distrito Federal, bem como do nosso departamento de segurança pública do Distrito Federal, que é orgulho de toda a população do Distrito Federal e exemplo para todo o País.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, falar da importância que nós temos aqui nesta Casa, de a Câmara Legislativa representar todos da população e de aqui fazer da nossa voz a voz de todo cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Obrigado, Deputado Iolando. Importante a sua participação.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero desejar uma boa tarde a todos, a todos os Deputados, a todas as Deputadas.

Quero aqui fazer um apanhado, fazendo coro com o que disseram o Deputado Thiago Manzoni e a Deputada Doutora Jane, da importância de se criar uma comissão para acompanhar essa intervenção aqui no Distrito Federal; e, no caso de não se criar uma comissão, de se desenhar algo no sentido de a Comissão de Segurança da Câmara Legislativa participar ativamente e acompanhar isso de perto.

Também quero aqui, assim como outros Deputados fizeram publicamente, condenar os atos de vandalismo, de depredação daquilo que é nosso, daquilo que é público.

Quero deixar aqui essa minha fala, esse meu repúdio. Pode haver protestos, manifestações, mas nunca da maneira como aconteceu aqui no Distrito Federal no dia de ontem.

Também quero aqui falar com relação ao que disse o Deputado Hermeto quando afirmou que toda generalização é ruim. De fato, nós temos uma CPI que, provavelmente, vai acontecer e vai apurar todos os fatos, mas nós não podemos colocar todos os servidores, todos os policiais nesse bojo. Nós temos profissionais que são exemplares aqui no DF. Nós não podemos generalizar e colocar todos os policiais que estavam lá ou que representam o nosso Estado nesse bojo de que não exerceram a sua função como deveriam.

Quero dizer também com relação a essa situação da Força Nacional, da participação do Governo Federal. É necessário dividir a responsabilidade. Como disseram a Deputada Paula Belmonte, o Deputado Roosevelt Vilela e outros, não é certo colocar toda a responsabilidade em cima da Polícia Militar e do Governo do Distrito Federal.

Por fim, eu quero parabenizar a Câmara Legislativa, sendo bem objetivo, porque, desde ontem, eu tenho visto os Deputados dialogando, falando entre si, tentando de alguma forma corresponder às expectativas dos seus eleitores.

Então, acho que deixamos aqui, com essa sessão extraordinária, com a atuação de cada Parlamentar, com a condução do nosso Presidente, o recado de que nós estamos à disposição para responder a qualquer chamado urgente da população para que possamos cuidar do nosso Distrito Federal com muito carinho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Obrigado, Deputado Eduardo Pedrosa.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado João Cardoso. (Pausa.)

Próximo orador. Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Sardinha.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (PL. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, meus amigos e minhas amigas Parlamentares.

Para mim, o desfecho dessa situação ocorrida na data de ontem é muito ruim não só para Brasília, mas para o Brasil.

Sr. Presidente, está me ouvindo?

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Perfeitamente, Deputado. Estou ouvindo bem.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (PL. Sem revisão do orador.) – É porque eu não estou tendo áudio aqui.

Pois bem, eu sou integrante da segurança pública do Distrito Federal, sou policial civil, e o que nós vimos ontem me causa uma dor muito forte não só em razão da exposição da nossa cidade, dos nossos queridos moradores que residem no Distrito Federal, mas também pelos integrantes da segurança pública do Distrito Federal. Nisso eu ponho o DETRAN – Departamento de Trânsito, a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, enfim, todos os órgãos integrantes do aparato de segurança pública do Distrito Federal. Por quê? Porque nós temos uma polícia de excelência: tanto a Polícia Militar, como a Polícia Civil, a Polícia Penal, o Corpo de Bombeiros, o Detran. Nós temos bagagem suficiente para transmitir o nosso conhecimento a todas as outras forças policiais do Brasil. E o que ocorreu ontem me causa uma estranheza e uma singularidade únicas. Por quê?

Porque eu estava olhando aqui o *Poder 360*, que é um meio de comunicação nacional, que traz uma matéria interessante. Qual é a matéria? Diz a capa de ontem: “Maior parte de contingente da Força Nacional só chegou após a invasão”. O primeiro parágrafo diz: “Convocada no sábado, 7 de janeiro de 2023, pelo Ministro da Justiça, Flávio Dino, a maior parte do contingente da Força Nacional só chegou às 16h25min de domingo, 8 de janeiro, à Esplanada dos Ministérios, em Brasília”. Ou seja, chegou praticamente após aqueles atos criminosos que ocorreram nos prédios dos Três Poderes.

Então, o que eu quero dizer? Que a Polícia Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil têm um contingente de força policial igual ao de 1990. O contingente de hoje é o mesmo contingente de 1990. É costumeiro a Polícia Militar, a Polícia Civil e também o Corpo de Bombeiros atuarem nessas manifestações. Algo saiu do controle. O governador vinha sendo informado de que estava tudo funcionando conforme as outras manifestações. De repente, aconteceu o que aconteceu.

O Delegado Fernando, que estava substituindo o Secretário de Segurança Pública, é um delegado da Polícia Federal que eu conheço há muitos anos. É um exemplo de servidor público na Polícia Federal, é um exemplo de servidor na área operacional da Polícia Federal – e isso me causa muita estranheza. Será que a Polícia Militar não ficou na mão? Será que o que foi acordado não foi cumprido?

Então, nós temos que dividir culpas, não é? Não é só o Governo do Distrito Federal que tem que ser culpado. Eu acredito que o Ministério da Justiça falhou.

O governador já fez o seu pronunciamento, e não podemos deixar de forma alguma que a nossa população, o nosso aparato de segurança pública seja escrachado como está sendo. Não podemos permitir isso. São policiais, são pais de família que lá estavam trabalhando. Se o número não era suficiente, houve algum problema, e isso tem que ser apurado. Não podemos aceitar nunca, de forma alguma, o que aconteceu. Temos que buscar os culpados e puni-los.

A manifestação é sempre benéfica à democracia e sempre aconteceu na Capital do País. Agora, não podemos nunca culpar os servidores que ali estavam. Nós vimos servidores, como o Comandante da PM, que saiu alvejado por uma pedra na cabeça. Vimos também policiais sendo praticamente espancados.

Muito se sabe, na força policial, hoje, que nós policiais pensamos duas vezes antes de agir contra um cidadão, mesmo em uma manifestação ilegal. Porque muitas vezes o policial fica sozinho respondendo a uma sindicância, correndo o risco de perder o seu emprego, porque teve que agir com força necessária para conter aquilo, e, muitas vezes, é interpretado que a força não era a necessária. Muitos organismos de direitos humanos acham que nenhuma força, mesmo que seja um pouco mais forte, é necessária para conter qualquer tipo de manifestação. Se você atua jogando um gás para fazer com que aquela manifestação se disperse, aquele policial que soltou o gás vai responder a uma sindicância e, muitas vezes, pode até perder o seu emprego.

Então, a gente vive um dilema, porque o exercício da profissão muitas vezes não pode ser feito da forma como deveria. Por exemplo, em um país como os Estados Unidos, policial é respeitado. Aqui

não, por qualquer coisa o policial é deixado à margem da sociedade, tem sua família muitas vezes atingida por isso e, às vezes, fica tolhido no seu trabalho.

Eu quero deixar aqui a minha solidariedade ao Governador Ibaneis, que vem levando o Distrito Federal de forma espetacular. Foi eleito no primeiro turno, e a decisão do Supremo Tribunal Federal de afastá-lo por noventa dias, de haver uma intervenção na área da segurança pública por trinta dias, é um pouco pesada, mas a gente tem que respeitá-la. Então, o governador tem aqui minha solidariedade.

Acho que essa foi uma situação que o aparelhamento de segurança pública, tanto do DF como do Ministério da Justiça, não previu.

Um abraço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Nós é que agradecemos, Deputado Reginaldo Sardinha. Agora nós vamos suspender a sessão. Peço que os demais, se possível, aguardem, a pedido do Presidente. A sessão será suspensa até o término da reunião com a Governadora Celina Leão.

Está suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 17h36min, a sessão é reaberta às 17h51min.)

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Reabro a presente sessão. Após as falas dos Deputados, vamos nos reunir novamente para tratar de alguns assuntos de interesse da Câmara Legislativa e da sociedade do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, companheiros, amigos, Deputados e Deputadas, serei breve.

Diante dos fatos antidemocráticos que aconteceram no dia 8, digo uma coisa para vocês: quem viveu o dia 1º harmoniosamente no Distrito Federal, um dia 1º de alegria – em que todos ficaram ansiosos e preocupados com algum ato que poderia acontecer –, sabe que, ao término daquele dia em que o Presidente, o nosso governador e nós, aqui nesta Casa, tomamos posse, todas as forças de segurança do Distrito Federal foram elogiadas por não ter acontecido nada que as desabonasse.

Então, não é hora de achincalhar as forças de segurança do Distrito Federal. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros merecem o nosso respeito, e precisamos, com certeza, da força e do reforço deles nos atos democráticos que acontecem em nosso País. O Distrito Federal é pacífico. O Distrito Federal e suas cidades são de pessoas honradas. O que vimos no domingo não foi um ato de pessoas honradas e, sim, um ato de um bando de pessoas que não respeitam este País e o seu patrimônio.

É por isso que eu digo: nós que somos do Distrito Federal precisamos brigar muito. Hoje é muito fácil achincalhar as forças de segurança do nosso Distrito Federal. É muito fácil. Agora, é preciso responsabilizar outras forças que deveriam estar cuidando daquele momento, daquele ato irresponsável de muitas pessoas.

Muito obrigado, é minha manifestação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pepa. Parableno-o pela lucidez do seu pronunciamento. Acho que é isso, mesmo. Temos que separar as atribuições de cada força e responsabilizar cada uma pelos seus atos. Muito obrigado mais uma vez.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado. Cumprimento nosso Presidente e todos os nobres Deputados e Deputadas que estão aqui.

Sr. Presidente, quero fazer uma fala no sentido de uma contextualização. Peço um pouquinho de paciência aos nobres Deputados e Deputadas, mas é importante essa contextualização, para a qual procurei trazer um caráter dinâmico e bem jurídico. Quero, inclusive, pedir a permissão dos nobres Deputados para lê-la.

Tendo em vista os requerimentos realizados pela Advocacia-Geral da União e pelo Senador Randolfe Rodrigues, o Supremo Tribunal Federal proferiu, nos autos do Inquérito nº 4.879, que tem por objeto averiguar supostos atentados contra o Estado Democrático de Direito, decisão que afasta

por noventa dias o Governador Ibaneis Rocha, fato que exige uma análise bastante detalhada a respeito de todo o ocorrido.

Todos sabemos que, em 2019, foi instituído pela Portaria GP nº 69, assinada pelo então Presidente do STF, o Ministro Dias Toffoli, o Inquérito nº 4.781, mais conhecido como o inquérito das *fake news*, das falsas comunicações de crime, das denúncias caluniosas, das ameaças e das demais infrações que viriam a atingir a honra e a segurança do Supremo Tribunal Federal e de seus membros. Verificou-se existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e o Estado Democrático de Direito. O inquérito foi aberto com base no Regimento Interno do STF, tendo sido o Ministro Alexandre de Moraes escolhido como relator.

Depois foi, a pedido do Ministério Público, instaurado o Inquérito nº 4.874, a partir de indícios e prova de existência de uma organização criminosa de forte atuação digital que se articularia em núcleos políticos de produção, de publicação e de financiamento com a finalidade de atentar contra a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Ato contínuo com os acontecimentos ocorridos na tarde de domingo dia 8 na Praça dos Três Poderes, em Brasília, o Senador Randolfe Rodrigues requereu a inclusão do Governador do Distrito Federal – e isso é importante –, Ibaneis Rocha, como investigado no inquérito dos atos antidemocráticos. Da mesma maneira, a União pediu prisão em flagrante de todos os envolvidos em atos criminosos decorrentes da invasão de prédios públicos e federais em território nacional. O pedido explicitou a responsabilidade do Secretário de Segurança do Distrito Federal e foi além, ao citar a responsabilidade dos demais agentes públicos, entre aspas, responsáveis por atos omissos, avaliando até o momento a adoção de outras medidas cautelares que impeçam a prática de novos atos criminosos.

A partir do exposto, exatamente sob o paradigma da manutenção da ordem democrática, pressupõe-se que a AGU – Advocacia-Geral da União deva ser uma advocacia de Estado, isto é, institucional, e não de governo. Nesse sentido, há de se analisar, além dos pedidos, o fundamento da decisão proferida pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, e sua eventual adequação ou não à Lei Orgânica do Distrito Federal. Isso é importante a gente observar.

Aqui há o arrazoado da decisão do Ministro Alexandre de Moraes e, na sua decisão, a fim de embasar o afastamento do Governador Ibaneis, o eminente ministro citou o art. 101 da Lei Orgânica do Distrito Federal, utilizando para tanto os seguintes: incisos I, II e IV, bem como o art. 101.A, incisos I, II e IV, em que são descritos crimes de responsabilidade supostamente cometidos pelo governador, especificamente nestes os atos que atentam contra a Constituição Federal, a Lei Orgânica específica, a existência da União e do Distrito Federal, o livre exercício do Poder Executivo e do Poder Legislativo ou de outras autoridades constituídas, e o inciso IV vai trazer a segurança interna do País e do Distrito Federal.

Seguiu sustentando o eminente Ministro Alexandre Moraes, na decisão, o previsto no art. 319 do Código de Processo Penal, onde estão previstas medidas cautelares diversas da prisão, e, em especial, o inciso VI, que fala da suspensão do exercício da função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio da sua utilização para a prática de infrações penais.

O pedido formulado pela AGU não especificou medidas a serem cumpridas pelo atual governador, tendo o eminente ministro, de forma discricionária, decidido pelo afastamento cautelar de noventa dias, imputando ao governador crime de responsabilidade. O ministro afirma que a conduta de Ibaneis Rocha mostrou-se dolosamente omissiva, pois, além de dar declarações defendendo uma, entre aspas, falsa livre manifestação política em Brasília, mesmo ciente, por todas as redes, que ataques às instituições e a seus membros seriam realizados, também ignorou os apelos das autoridades para a realização de um plano de segurança semelhante aos realizados, nos últimos dois anos, no Sete de Setembro.

Em seu entendimento, a existência de uma organização criminosa cujos atos tenham ocorrido regularmente há meses, inclusive no Distrito Federal, é um forte indício da conivência e da aquiescência do Poder Público com os crimes cometidos. “O afastamento do exercício do cargo se trata, portanto, de medida razoável, adequada e proporcional para a garantia da ordem pública com a cessação da prática criminosa reiterada”, ressaltou o eminente ministro.

É bem verdade que o lamentável episódio transgrediu os limites constitucionais legais do exercício do direito da reunião, sendo os infratores passíveis de responsabilidade pelos atos ilícitos

cometidos após a adequada apuração através do devido processo legal.

Quero pedir um pouquinho mais de tempo, Sr. Presidente. Vou tentar ser bem rápido na leitura.

Aí, a gente precisa fazer uma observação da Lei Orgânica. Sei que o nosso tempo aqui é muito curto, mas é importante todos os Deputados analisarem isso.

A princípio, prevê o texto legal, em seu art. 103, a necessidade de aprovação por parte de dois terços da Câmara Legislativa para admissão de acusação contra o governador, tratando-se de crime comum. Cabe ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento. Nos casos de crime de responsabilidade, o julgamento cabe à própria Câmara Legislativa, e o afastamento somente ocorrerá após instauração de processo. O presente caso envolve a acusação de cometimento de crime de responsabilidade, devendo, portanto, estar em conformidade com a legislação supracitada.

Considerando que há rito específico a ser seguido, não há nada como coadunar com tal decisão sem ao menos se questionar qual seria a base legal para que tal decisão fosse proferida e executada com tamanha urgência.

Existem, Sras. e Srs. Deputados, inúmeras jurisprudências no STF definindo que o STJ – Superior Tribunal de Justiça pode processar governadores em crimes comuns sem autorização até das câmaras legislativas (*sic*). Quanto aos crimes de responsabilidade, por outro lado, não há qualquer precedente pela ausência da necessária aprovação pela Câmara e a tramitação interna das investigações.

Eu vou suprimir alguma fala, porque eu quero...

Nessa senda, é previsto que as constituições estaduais não podem estabelecer a chamada licença prévia e também não podem elas autorizarem o afastamento automático do governador de suas funções quando recebida a denúncia ou a queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça. A justificativa é que, como não pode haver controle político prévio, não deve haver afastamento automático em razão de ato jurisdicional sem cunho decisório e do qual sequer se exige fundamentação. E, aí, há vários HC – *Habeas Corpus*, inclusive sendo relatados pela Ministra Cármen Lúcia, pelo Ministro Celso de Mello, pelo Ministro Dias Toffoli.

Se nem mesmo a Câmara Legislativa, que possui a prerrogativa para instaurar investigação em casos de crime de responsabilidade e eventual afastamento do Chefe do Executivo, pode decidir preventivamente sobre qual fundamento legal a decisão judiciária proferida pelo Exmo. Sr. Alexandre Moraes afastou o governador, nós, como representantes do povo, não podemos e não iremos ignorar os indícios de subversão democrática e invasão de competências.

Leciona o nobre jurista Norberto Bobbio: "Sem direitos do homem reconhecido e protegido, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos".

Indiscutivelmente, a rejeição das regras democráticas do jogo pode ser um indicativo de comportamento até autoritário. Atualmente, a violação do Estado Democrático de Direito tem se camuflado com vestes legais. Sob o fundamento da defesa da democracia, não se tem agido democraticamente. Nós temos que observar o andamento jurídico. A regra é a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que baliza todos os direitos e os deveres.

Então, eu quero, sendo assim, convocar os nobres Deputados a refletir sobre os seguintes pontos: ainda que houvesse – o que acredito não ser o caso – qualquer responsabilidade pelos atos antidemocráticos por parte do Governador Ibaneis, essa seria na modalidade culposa, não dolosa, como afirmou o Ministro Alexandre de Moraes, visto que as medidas que competiam a ele foram tomadas.

O governador tomou, Sr. Presidente, todas as medidas para coibir qualquer tipo de ato, a exemplo, a determinação ao Secretário de Segurança que mandasse todo o efetivo para a rua, a fim de evitar qualquer excesso.

O mesmo governador que hoje é acusado de compactuar com os atos antidemocráticos, há uma semana – prestem atenção: há apenas uma semana – foi o responsável por garantir a ordem e a segurança no maior evento público do ano, qual seja, a posse do atual Presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Houve uma posse tranquila, pacífica, e as forças de segurança lá estavam para garantir ordem no Estado Democrático de Direito. Esse mesmo governador, neste momento, é afastado.

Em se tratando de medida cautelar com o intuito de garantir o regular andamento do inquérito a respeito dos responsáveis pelos atos de vandalismo, já houve medida administrativa punitiva. O GDF – Governo do Distrito Federal já foi punido quando foi aplicada, pelo Governo Federal ao Governo do Distrito Federal, a nomeação de um interventor, que chefiará, Presidente, a segurança pública do Distrito Federal até 31 de janeiro de 2023.

Brasília já foi penalizada com a intervenção na segurança pública. Não vislumbro razão, pois, para também punir mais de 800 mil eleitores que depositaram nesse líder, no Governador Ibaneis, a confiança de chefiar e conduzir a Capital Federal por mais dois (*sic*) anos. O governador é uma pessoa responsável, e ele tem dito...

Aliás, diga-se de passagem, se não me engano, Deputado Chico Vigilante e Deputado Fábio Felix, o Governador Ibaneis foi o primeiro governador a ligar para o Presidente Lula reconhecendo a eleição deste e, portanto, reconhecendo as urnas.

Eu quero conclamar toda esta Casa e louvo a Deus por todas as falas que a gente tem presenciado, seja da Situação, seja da Oposição – eu percebo o equilíbrio desta Casa. Esta Casa está mostrando uma grande leitura para a comunidade: que é uma Casa equilibrada e que não se levará por emoções e, sim, por razão; e espero que a nossa razão seja dentro do Estado Democrático de Direito, oportunizando a ampla defesa e o contraditório para quem quer que seja. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro. São extremamente importantes as suas colocações, sobre as quais se faz necessária uma reflexão. Muito obrigado.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um comunicado aqui.

Primeiro, quero dizer que acho que foi importante costurar para que a gente construísse um requerimento de todos os Deputados e Deputadas Distritais, mas nós não podemos aceitar, e por isso nós queremos transparência desta Casa, participar de uma CPI com uma operação-abafa. A CPI tem que ser independente, a CPI tem que ter capacidade de investigar.

Nós já vimos que todos os adjetivos foram retirados do requerimento em relação aos atos cometidos no dia 8 de janeiro. Foi retirada do requerimento a investigação do dia 12 de dezembro. Todo mundo sabe que o dia 12 de dezembro plantou uma parte, inclusive, envolvida no dia 8. O dia 12 é o início do processo. Já há um esvaziamento no requerimento que foi elaborado pela Liderança do Governo.

Então, nós temos que propor aqui uma coisa. Já que nós retiramos os requerimentos da Oposição... Já há requerimento que foi apresentado para nós e já há até membro na comissão. Então, o requerimento que foi apresentado para nós tem um esvaziamento enorme. Nós precisamos compor isso para que esta Casa, de fato, responda de forma independente para promover uma investigação que seja séria e que dê uma resposta para a sociedade.

Eu acho que é importante fazer esse registro de que a Liderança do Governo elaborou, conversou com outros autores, mas é preciso um requerimento que reflita a gravidade da situação que nós enfrentamos, e a gravidade tem a ver, inclusive, com sujeitos que participaram desse processo.

Nós já havíamos proposto um escopo super-reduzido, que era 12 de dezembro e 8 de janeiro. Não tem por que, Presidente, nós retirarmos do escopo o dia 12 de dezembro. Foram queimados ônibus! Houve um ataque à Polícia Civil, Presidente! A 5ª DP – Delegacia de Polícia foi depredada e destruída no dia 12 de dezembro! São dois dias que precisam ser investigados.

Para que esta Casa não protagonize uma operação-abafa e para que não seja uma CPI que já nasça com uma condição muito ruim e a sociedade não confie nela, eu acho que é importante incluir os dois dias no requerimento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou ler o requerimento que acaba de ser disponibilizado. Ele foi fruto de entendimento. Quem escreveu foi justamente o nosso Assessor José Willemann junto com a assessoria do Deputado Robério

Negreiros.

O requerimento, Deputado Fábio Felix, diz o seguinte... Eu vou ler o requerimento, Deputado. Se V.Exa. tiver paciência, vai ouvir a leitura.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Mas eu li.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – O requerimento diz o seguinte: “Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil”. É esse o requerimento que está no bloco para ser assinado.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Não é esse, Presidente. Eles retiraram. Não é esse, Deputado Chico Vigilante.

Só para esclarecer, Presidente, senão a gente fica de doido aqui, o requerimento que está no bloco de assinatura foi retirado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Fábio Felix, vamos esclarecer. Deputado Fábio Felix, tanto V.Exa. quanto o Deputado Chico Vigilante têm razão. Isso será esclarecido. Houve uma alteração. Conversamos, inclusive, com os representantes dos requerimentos, e agora o Deputado Robério Negreiros vai esclarecer a questão.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sobre a questão da retirada de algumas expressões, acho que o texto tem que ser imparcial. Não cabe à gente falar aqui da tipificação de eventual crime, terrorismo etc. A gente colocou de maneira imparcial.

Sobre a questão do dia, então, não há problema. Vamos colocar também o dia de dezembro, assinamos e fazemos a investigação mais plena e imparcial possível.

Não é a nomenclatura do atual texto que vai fazer diferença.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – O requerimento que está para ser assinado contém o dia 12.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acho que é isso. Acho que, mais uma vez, houve uma demonstração de composição. Acho que os fatos ocorridos é que vão demonstrar se houve – vou falar aqui como investigador – terrorismo. Na minha opinião, houve. Na minha opinião, não há o que se discutir.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Eu queria, inclusive, V.Exa. nessa comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não, acho que já contribuí bastante durante 28 anos de polícia. (Risos.)

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Mas agradeço. Agradeço o gesto de reincluir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mas entendo que as datas – conforme V.Exa., o Deputado Max Maciel e o próprio Deputado Chico Vigilante tinham proposto – têm que voltar.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – E voltaram.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Falei com o Deputado Robério Negreiros, que fez o gesto, e está devolvido, conforme V.Exas. haviam solicitado.

Então, mais uma vez, a gente consegue chegar a uma composição, a um bom acordo. Muito obrigado.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, vou encerrar a sessão. No entanto, eu gostaria de pedir aos Deputados que aqui se encontram que participem rapidamente de uma reunião ali. Depois, vou compartilhar com os demais colegas. Estou vendo ali a Deputada Jaqueline Silva, o Deputado Gabriel Magno. V.Exas. também tomarão conhecimento do que iremos tratar, porque são assuntos pertinentes a essa CPI, Deputados. É só porque, como é uma reunião física, não há como V.Exas., neste momento, estarem aqui com a gente; mas teremos outras oportunidades para discutir isso, e V.Exas. também irão estar conosco.

Mais uma vez, agradeço a participação de todos os Parlamentares, de todos os assessores e assessoras, do pessoal da imprensa e de todos os que estiveram aqui com a gente nesta tarde de hoje.

